

A gestão do indizível¹

MICHAEL POLLAK

Nascido na Áustria em 1948, o historiador e sociólogo Michael Pollak residia na França desde 1971. Foi pesquisador do *Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS)*, no *Institut d'Histoire du Temps Présent* e no *Groupe de Sociologie Politique et Morale*, em Paris, até sua morte, em 1992

Tradução de Gabriele dos Anjos

RESUMO Entre as entrevistas realizadas para uma pesquisa sobre mulheres sobreviventes num campo de concentração, a entrevista feita com Ruth A. possui um interesse particular, na medida em que ela mostra quão facilmente, embora de maneira equivocada, o silêncio pode ser considerado como esquecimento. Os obstáculos encontrados no decorrer desta entrevista e as discussões que ela ensejou trouxeram à luz a inscrição de quaisquer história e memória individuais numa história e memória coletivas. Eles também demonstraram que histórias e memórias devem ser relacionadas aos locais onde elas foram produzidas, assim como aos públicos aos quais elas se destinam. Tal análise do relato de vida deve ser considerada como uma reconstrução da identidade e não apenas como uma narrativa factual.

PALAVRAS-CHAVE Memória, entrevista, relato de vida, nazismo, holocausto, Auschwitz, campo de concentração, identidade.

ABSTRACT Among the interviews conducted in the course of research on women concentration camp survivors the interview with Ruth A. is particularly interesting because it shows how easily, but wrongly, silence can be taken for forgetting. The obstacles encountered throughout this interview and the discussions to which they gave rise bring to light the inscription of all individual history and memory in a collective history and memory. They also demonstrate that history and memories have to be related to their sites of production just as much as to the audiences for which they are intended. Such an analysis of the life story suggests that it has to be regarded as a reconstruction of identity and not simply as a factual narrative.

KEYWORDS Memory, interview, life story, Nazism, Holocaust, Auschwitz, concentration camp, identity.

Não, eu não poderia odiar. Eu penso somente: pobre humanidade. E também: eu prefiro mil vezes estar entre os perseguidos que entre os perseguidores. Mas, apesar de tudo, eu não posso condenar ninguém, porque eu me coloco sempre esta questão: como eu teria me comportado no lugar dos outros? Eu não sei. Não se pode saber. (Ruth A.)

ENTRE AS ENTREVISTAS REALIZADAS PARA UMA PESQUISA SOBRE MULHERES SOBREVIVENTES do campo de concentração Auschwitz-Birkenau, a entrevista que eu fiz com Ruth A. possui um interesse particular, porque ela mostra a qual ponto o silêncio pode ser facilmente, mas falsamente, assimilado ao esquecimento.

Em nenhum outro lugar a ascensão do nazismo no comando do país pôde ser observada tão diretamente quanto em Berlim. Mas, ao mesmo tempo, a vida anônima na cidade grande parecia oferecer maiores possibilidades de escapar aos tormentos cotidianos. Também, em nenhum outro lugar, as vítimas designadas do regime, os judeus, são tão tributários de cada 'indicador' de melhoria, para a manutenção de ilusões sobre a verdadeira natureza do regime e a respeito de seu futuro. Sabe-se que a administração nazista conseguira impor à comunidade judia uma parte importante da gestão administrativa de sua política antisemita, como a preparação das listas de futuros deportados até a gestão de certos lugares de trânsito e a organiza-

ção do abastecimento durante os comboios. Os representantes das comunidades judias se deixaram levar a negociar com as autoridades nazistas, esperando, primeiramente, poder desviar a política oficial, mais tarde, “limitar os desgastes”, para finalmente chegar a uma situação na qual se acabara até a esperança de poder negociar um tratamento melhor somente para os judeus berlinenses. Assim, a situação berlinense ilustra particularmente bem a progressiva redução do que é negociável, e também a distância ínfima que às vezes separa a defesa do grupo e sua resistência da colaboração e do compromisso. Nesse caso, é tão surpreendente que o eminente historiador sobre o nazismo Walter Laqueur (1983) tenha escolhido o gênero do romance para dar conta de uma situação tão intrincável?

Frente a esta lembrança, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar de censurar as vítimas. E certas vítimas, que partilham esta mesma lembrança “comprometedora”, estão, elas também, voltadas ao silêncio. Também o próprio desenrolar dessa entrevista refletia menos a dificuldade de falar de uma experiência traumatizante em si, que a dificuldade de evocar um passado que permanece difícil de comunicar, de fazer compreender, de transmitir a todo estranho ao grupo atingido. Ao invés de arriscar produzir um mal-entendido em uma questão tão grave, não é melhor se abster de falar? Poucos períodos históricos foram tão estudados quanto o nazista, assim como sua política antissemita e o extermínio dos judeus. Entretanto, e apesar da abundante literatura e do lugar deste período nas mídias, ele frequentemente permanece um tabu nas histórias individuais na Alemanha e na Áustria, nas conversas familiares, e mais ainda nas biografias dos personagens públicas. As razões de tal silêncio, tanto quanto são compreensíveis no caso de antigos na-

zistas ou de milhões de seguidores do regime, são difíceis de esclarecer no caso das vítimas.

Depois de um contato feito através de seu médico, Ruth A. aceitara sem hesitar minha proposta de entrevista. O primeiro encontro aconteceu em novembro de 1983, em seu apartamento, assim como os encontros seguintes. Como ela havia definido por telefone, esse primeiro encontro deveria somente permitir uma “apresentação”. Uma entrevista destinada a registrar a história de uma vida necessita do estabelecimento de uma relação de confiança. E, como em outros casos, esse primeiro encontro confirmava que o sucesso nessa empresa dependia de que o entrevistado escolhesse seu entrevistador, assim como o inverso. “Ser judeu. Você pode me dizer o que quer dizer isso?” foi uma das primeiras questões que Ruth me colocou com insistência desde este primeiro encontro. E esta questão permaneceu presente durante toda a entrevista. Depois de eu lhe explicar meu projeto, nós decidimos nos reencontrar várias semanas seguidas durante aproximadamente quatro horas. Mas, antes do segundo encontro, Ruth já me telefonara para pedir um tempo para reflexão. Certamente, ela tinha sido testemunha em dois processos, mas ela temia, ao falar de sua vida, reabrir as feridas de um período que ela ‘ultrapassara’. De forma mais geral, ela colocava em questão o próprio sentido de um retorno a estes temas, quarenta anos mais tarde. Foi insistindo com os outros contatos que fiz para minha pesquisa, em Berlim, junto à comunidade judia e à Universidade, que eu pude fazer Ruth voltar atrás de sua hesitação.

Três meses mais tarde e de uma maneira completamente inesperada, outro obstáculo surgiu. Uma jovem amiga de Ruth, que aliás eu encontrara em um contexto completamente diferente, pedira a Ruth para que esta “não se entregasse a contar a história de sua vida nos marcos de uma pesquisa,

pois este exercício poderia destruir toda sua vida privada”. Ao longo de uma discussão animada, esta amiga de Ruth me expusera suas reservas em relação a estas pesquisas históricas e em particular em relação a estes pesquisadores e jornalistas que “passeiam com um gravador e expropriam as vítimas de seu sofrimento para se enriquecerem com sua publicação”. Acrescentava ela que, além disso, e sobretudo quando se trata de minorias, certas realidades só podiam ser compreendidas por aqueles e aquelas que as haviam vivido. Ela invocara outras razões de ordem mais geral para dissuadir Ruth de continuar a entrevista: a saber, os efeitos negativos, sobre a vida privada, da pesquisa em ciências humanas, com o risco da análise conduzir a uma manipulação do indivíduo². Este argumento era facilmente sustentado pelo fato de que, nesse projeto, o relato de vida devia permitir compreender toda a complexidade dos fatores em jogo tanto na sobrevivência como na readaptação ao meio social após o retorno dos campos. Todavia, era justamente a perspectiva metodológica adotada –, a saber, partir da extrema diversidade das experiências singulares antes de toda interpretação mais geral – que tinha convencido a Ruth, originalmente, da utilidade da pesquisa e que a havia levado a participar nela.

Esses obstáculos à entrevista me obrigaram igualmente a explicitar minhas próprias intenções de pesquisa. As discussões que resultavam desta explicitação deviam revelar o senso que tinha, no contexto preciso da oposição a esta pesquisa, o termo ‘domínio privado’. Nas discussões em separado com Ruth e com sua amiga, eu descobri que, em certa medida, Ruth tinha organizado toda sua vida social em torno da possibilidade não de poder falar de sua experiência em campo de concentração, mas de experimentar um sentimento de segurança, sendo compreendida sem ter que falar disso.

De fato, ela tinha discutido com amigos e conhecidos sobre sua participação nessa pesquisa, aceita com entusiasmo após as hesitações iniciais. Desde então, o desenrolar da entrevista se dava também em função dos julgamentos sobre esta pesquisa e sua utilidade segundo cada um deles. Aquela que quisera então dissuadir Ruth de continuar nessa empresa sabia, por experiência própria, a qual ponto é difícil de se fazer compreender. Nascida de um “casamento misto” entre um pai judeu e uma mãe não judia que pedira o divórcio durante os anos de 1930 por razões profissionais e muito ligada a seu pai, o qual ela só reencontrou em 1945 depois de ter vivido os bombardeios a Berlim com sua mãe, ela optou, após a guerra, pelo judaísmo, escolha que deve ser compreendida menos como um engajamento religioso que como a vontade deliberada de se colocar ao lado das minorias fracas e oprimidas. Compreende-se melhor então sua desconfiança diante de toda fala rápida e simplista sobre o passado.

Considerada de um ponto de vista sociológico, uma biografia não fala dela mesma. Para além das variações quase infinitas das histórias sociais individuais, a pesquisa tenta esboçar as constantes, sociologicamente produzidas, que definem um dado grupo. “A sociologia de um conjunto construído de ‘histórias de vida’ é, assim, inseparavelmente a análise do retorno da história e do retorno sobre a história” (MUEL-DREYFUS, 1983, p.12). Ora, o que une antes de tudo os sobreviventes de um campo de concentração é a experiência de uma perseguição extrema em um dado período de sua vida. Essa mesma lembrança é um dos cimentos mais fortes da comunidade judia berlinense e alemã atual. Disso resulta o reconhecimento da necessidade da coesão do grupo contra toda agressão potencial. Mas essa coesão não poderia esconder a grande diversidade de representações que os indivíduos têm de

sua ligação com o grupo. Essas concepções também são formadas pela história, e colocam em jogo os julgamentos contraditórios sobre o comportamento das instâncias dirigentes da comunidade durante o nazismo. Assim, toda entrevista “individual” põe em jogo, indiretamente, uma multitude de definições do grupo e de ligações com o passado.

Nesse sentido, seria errôneo assimilar os obstáculos encontrados na entrevista aos efeitos de um tipo de controle organizado do que pode e o que não pode ser dito sobre o passado. Ao contrário, esses obstáculos e as discussões que eles provocaram tornaram explícita a inscrição de toda história e de toda memória individuais em uma história e memória coletivas. Do mesmo modo, eles mostraram que histórias e memórias devem ser relacionadas aos lugares de sua produção tanto quanto aos públicos aos quais são destinadas.

Perspectivas de futuro e horizonte político

Nascida em 1904 em Dusseldorf, na Renânia, Ruth passou sua juventude em uma família da pequena burguesia judia assimilada. Seu pai é gerente comercial em uma editora. Sua educação é “tolerante e liberal, sem referência religiosa”. Na escola, durante os anos de guerra, ela partilha o entusiasmo patriota de todos os seus colegas. Ela não conhece a discriminação e o fato de ser judia faz, indiretamente, com que seja mesmo condecorada no fim da Primeira Guerra Mundial.

Como todas as crianças, eu era cheia de entusiasmo por tudo que dizia respeito à Alemanha. Como nós todos, eu tinha uma consciência patriótica e nacional. Sendo a única judia da escola, eu tinha que distribuir os jornais durante as horas de ensino religioso. E o mais engraçado, é que no fim da guerra, me deram uma medalha de

honra. Distribuir os jornais era um ato patriótico. Diante de todos os alunos, convocados a ir ao pátio da escola, a menina judia foi assim condecorada. Era mesmo muito divertido (Ruth A.).

Depois da guerra, a inflação galopante empobrece a família de Ruth que, habituada até então a um estilo de vida confortável, tem que enfrentar a fome. A política não ocupa um lugar central na história contada por Ruth. Ela se lembra da ocupação “com brio” do Ruhr pelas tropas francesas. A busca, em uma época sombria e pobre, de um pouco de felicidade, de um pouco de liberdade pessoal é bem mais importante que a política. É assim que Ruth relata seu primeiro casamento na metade dos anos 1920, o qual coincide com certa melhoria das condições materiais de vida de sua família, no momento da estabilização econômica entre 1924 e 1929:

Entre os amigos de meu pai, eu conheci meu primeiro marido, ele também gerente comercial em editora. Simpatizamos, e uma noite, depois de bebermos um pouco, nos dissemos, como que para nos divertir: vamos nos casar. Casar, isso liberta da família e permite fazer tudo que, até então, era proibido (Ruth A.).

Em 1927, o jovem casal se muda para Berlim, onde o sogro de Ruth possui uma editora, a qual, no fim dos anos 1920, começa a progredir. Em 1930 ela encontra, em uma consulta, Karl A., um médico que se tornaria seu segundo marido. Esse “amor à primeira vista” transforma profundamente sua vida. Esse amor permite a ela se descobrir melhor e a encoraja a se afirmar mais. Assim, ela entra no mundo da alta burguesia berlinense, se familiariza com a pintura e a arte (seu marido possui uma coleção conhecida, composta sobretudo

de obras expressionistas), a vida teatral, os concertos; ela frequenta certos cafés da moda, como o *Romanisches Café*. Ela se divorcia, mas guarda uma profunda relação de amizade com seu primeiro marido. Ela não quer obrigar Karl A., que é mais de dez anos mais velho que ela, a se divorciar, para que ele possa assumir suas responsabilidades de pai.

Eu não queria que ele abandonasse sua família e seus dois filhos. Ele adorava sobretudo sua filha. Ele queria que eu finalmente prestasse meu exame de bacharelado, e ele concordava que eu fizesse medicina mais tarde. Por razões materiais, minha família não pudera me deixar estudar (Ruth A.).

Todo um mundo se abre a Ruth, no mesmo momento em que a realidade política se prepara para destruí-lo. É surpreendente que ela dê pouca atenção, assim como seus amigos, à data fatídica de 1933, ano da tomada do poder pelos nazistas.

O início dos anos 1930 era ainda muito belo, muito interessante, com muitos passeios, viagens muito bonitas, mesmo ao exterior. Chegou 1933. Não se podia levar isso realmente a sério, em todo o caso não tanto quanto deveríamos... Era como um fantasma que passa rapidamente. Não, na época, nenhum de nós levava isso a sério... Não, eu não conhecia nenhum nazista. Nosso círculo de amigos era composto de democratas, nós não éramos do Zentrum, nem social-democratas, mas sobretudo desse novo partido, muito negro-vermelho-ouro³ (Ruth A.).

Da mesma maneira, a cronologia propriamente política desses anos aparece em seu relato como uma seqüência desordenada de catástrofes, que, de qualquer maneira, não são ligadas entre elas de

forma suficientemente lógica para permitir tirar delas consequências para sua própria vida.

Era algo incompreensível, esse nacional-socialismo. Então aconteceu o caso Röhm, e esse pesadelo mostrou-se de uma só vez. Eles foram todos assassinados. Isso levou a pensar: puxa, o que tudo isso significava? Era mais sério que havíamos pensado... 1935, a Legislação de Nuremberg. Começávamos a realmente nos preocupar. Meu marido não tinha mais direito ao título de Doutor. Ele teve que se desligar de seu pessoal doméstico, e só podia empregar velhas pessoas judias. Situação pouco confortável (Ruth A.).

Um ano mais tarde, Berlim e os novos senhores da Alemanha mostraram um rosto um pouco mais “aberto”, por ocasião dos jogos Olímpicos. Hélène Meyer, judia alemã esgrimista, medalha de ouro, tinha até mesmo o privilégio de fazer a saudação alemã diante da bandeira da cruz gamada, quando da cerimônia de entrega das medalhas (BRANDT, 1984, p.20).

As diferentes medidas de discriminação profissional, boicote de lojas de judeus, exclusão da função pública e da magistratura, desde 1933, assim como as leis sociais de Nuremberg, tiveram como consequência, em Berlim como no resto da Alemanha, a emigração de mais de 40% da população judia recenseada, até 1939. As estatísticas para Berlim, estabelecidas por Bruno Blau, recenseiam 172.672 pessoas judias (4,30% da população) em 1925, 160.564 (3,8%) em 1933 e 75.344 (1,7%) em 1939 (BLAU, 1946, p. 3).

A propaganda antisemita generalizada não parece ter afetado Ruth. Ao contrário, ela consegue dar mais detalhes das discriminações que ela sofreu diretamente:

As perseguições a judeus eram ainda muito escondidas. E não havia ainda essa ideia funda-

mental de extermínio dos judeus. Vimos cartazes 'Não compre em lojas judias' ou 'Os judeus são nossa infelicidade'... O curioso é que deixamos passar tudo isso sem refletir uma só vez, sem nos dizermos: chega, vamos embora da Alemanha! Nas ruas, havia vitrines com jornais e eu guardei o Stürmer⁴ com imagens tão más e tão feias. Certamente interessa a você o que eles escrevem. Eles descreveram os judeus com narizes muito longos e arqueados. Eu jamais vi judeus com narizes assim, mesmo em Auschwitz... Durante dois anos, eu fiz cursos privados com um casal de professores que viviam no Kurfürstendamm, e que foram excluídos do sistema de ensino. Eles eram judeus. Foi assim que eu fiz o Abitur [exame de conclusão do curso secundário, na Alemanha]. Durante dois anos, eu frequentei o curso. E em 1936 eu enviei à Universidade os formulários de inscrição, bem preenchidos. No questionário era necessário indicar também: "judeu". Reenviaram-me todos os formulários riscados, sem nenhuma explicação. Então eu não pude cursar medicina. Mas uma amiga judia pôde ainda se inscrever em uma disciplina literária e ela fez seu doutorado em letras na Alemanha antes de emigrar. (Ruth A.)

Apesar dessa discriminação e das dificuldades, a vida social permanecia suportável nas grandes cidades e mesmo agradável para as famílias abastadas. "Com a riqueza se pensa sempre que tudo vai sair bem. Quando se tem muito dinheiro, acredita-se que se é intocável". A deterioração progressiva do estatuto dos judeus se realiza, por assim dizer, sem impor decisões muito brutais. O ano 1938 marca um ponto sem retorno. Mas a partir desse momento, também, o relato de vida de Ruth ganha em contorno, ao mesmo tempo em que aumentam a responsabilidade e o papel que lhe são atribuídos nessa situação e que valorizam seus co-

nhecimentos e seu senso prático⁵.

Modo de assimilação e relação com o social

De um dia para outro, a família A. deve se convencer da inutilidade de sua riqueza. Os pais de Karl haviam comprado um grande terreno para construção em uma periferia residencial. Ele foi vendido em 1938 e uma soma muito grande é transferida para sua conta, três dias antes do assassinato de Ernst vom Rath na Embaixada Alemã de Paris. "Então esse famoso 'imposto punitivo' foi decretado, e todo este dinheiro foi confiscado. Para Karl e para mim restavam alguns 220 marcos por mês. Nós tínhamos conseguido sacar algum dinheiro pouco tempo antes dessas medidas⁶.

A situação dos judeus berlinenses se degrada com uma rapidez inaudita. As comunidades judias perdem seu estatuto de associações de direito público, os passaportes dos judeus não são mais renovados, e, a pedido da Suíça, que quer evitar uma "imigração selvagem", esses mesmos passaportes são marcados com um "J". A imigração se torna muito difícil e leva ao confisco de todos os bens. No final de outubro, todos os judeus de nacionalidade polonesa são expulsos, medida que atinge mais particularmente Berlim. Da mesma forma, o internamento temporário da população masculina judia após a Noite de Cristal. Ao final de 1938, todos os órgãos de imprensa judeus são proibidos; os judeus não têm mais direito a ir a concertos e a teatros, a cinemas ou museus. São lhes retirados todas as matrículas de seus carros, certas ruas berlinenses lhes são interditas, e são obrigados a portar os nomes de "Israel" e "Sarah" no começo de 1939. No mesmo período começam as mudanças para os "imóveis judeus" (BALL-KADURI, 1973, p. 199).

Em seu relato, Ruth não pode mais estabelecer a cronologia das diferentes medidas. Isso quer di-

zer que, após a Noite de Cristal, o intervalo que subsiste para reação é nenhum:

Antes, eu diria que nós vivíamos uma boa vidinha, para não dizer uma vida alemã... mas depois veio o decreto que impunha os prenomes de Israel e Sarah. Uma besteira inacreditável, quando se pensa... e depois a estrela, era necessário estar marcado. Porque aqueles que não a portavam eram denunciados por aqueles que sabiam que éramos judeus. (Ruth A.)

Nessa situação, é a ela que toca o papel primordial. Ela se dá conta que seu marido, assim como toda sua família, estão como que paralisados, incapazes de reagir, incapazes de tomar decisões:

Antes do nascimento de meu marido, dois outros filhos morreram. Seus pais decidiram ter outro filho. Um filho desejado. Esse foi ele, meu marido, Karl. Sim, ele foi mimado. Pena. Ele era mandado para a escola acompanhado por um criado que vinha igualmente buscá-lo na saída da escola. Você pode imaginar! Fora de sua profissão, ele era incapaz de toda atitude prática. Ele sempre me olhou espantado porque eu sabia me virar, ele me olhava como uma das sete maravilhas do mundo: 'ah, é, também se pode fazer assim'? (Ruth A.).

Para melhor dar a compreender a diferença entre ela mesma, dotada de senso prático e seu marido, Ruth evoca a oposição entre sua própria educação e a de seu esposo, uma educação da grande burguesia que escapou à miséria do pós-guerra e às consequências da inflação. A isso se juntam os princípios de uma educação religiosa na qual a crença em um destino imutável se fundava em leis e regras escrupulosamente respeitadas. Mas, para além da fé religiosa, Ruth e Karl representam duas

formas diferentes de ligação com a judeidade e duas concepções opostas de “assimilação”, na origem de atitudes divergentes em relação à emigração. Na Alemanha, país que não possui uma separação entre Igreja e Estado idêntica à da França, mas no qual algumas religiões gozam de um estatuto oficialmente reconhecido, o pertencimento religioso é um critério importante da identidade social de todo indivíduo. O abandono das tradições religiosas, no caso da família de Ruth, produziu nela a capacidade e o pendor para afrontar todas as situações da vida “de indivíduo para indivíduo”, fazendo a abstração dos pertencimentos de grupo. Esse “desenraizamento” em relação a uma dimensão importante da identidade social para todo o alemão da época permitiu-lhe visualizar muito cedo a emigração.

Ao contrário, Karl encarna o tipo de assimilação considerada como realizada em uma sociedade na qual as organizações religiosas ocupam um lugar importante na vida cultural, na educação e nos serviços de saúde. Nesta lógica, a *Enciclopédia Judaica*, editada em Berlim em 1927, valoriza uma assimilação descrita como uma “racionalização e uma secularização da vida judaica”, adequadas à da manutenção da “fidelidade à herança cultural e religiosa”. Ao contrário, essa Enciclopédia julga de maneira negativa outra forma de assimilação como a “conversão religiosa ao cristianismo e os casamentos mistos”, que renegaria a herança tradicional judia. Essa segunda forma de assimilação é mais frequentemente, segundo a Enciclopédia, fator de “tensões psicológicas”⁷. A comunidade judia berlinense – com suas numerosas escolas, sua biblioteca, sua coleção de quadros, seus serviços sociais e seus hospitais – representa o modelo de uma assimilação coletiva que se dá pela conquista de um lugar reconhecido na sociedade alemã. Consagrando mais de 30% de seu or-

çamento às obras sociais, a assembleia de representantes da comunidade judia berlinense, eleita por todos os membros maiores de ambos os sexos, era composta, no final dos anos 1920, de uma maioria liberal e uma fraca minoria sionista (HERLITZ; KIRSCHNER, 1927, p. 891-894). Uma forte identidade judaica, longe de se opor, ia junto com um patriotismo alemão, e mais particularmente prussiano. Para uma família que, como a de Karl, investira tudo, havia gerações, nessa obra coletiva, deixar a Alemanha significava deixar uma comunidade ‘modelo’ tanto do ponto de vista de sua organização social como de suas contribuições culturais à história moderna alemã e judia. Recém e inesperadamente chegada nesse mundo maravilhoso, Ruth é menos sensível que seu marido à perda desse mundo que não fora sempre o seu e ao qual ela não pertence de pleno direito.

Comparando às vezes seu próprio caso àqueles de casais amigos, Ruth deixa igualmente transparecer, sem jamais fazer disso um objeto de reflexão específica, a oposição das atitudes masculina e feminina face às mudanças na vida social, às dificuldades materiais e a uma eventual imigração. Identificando-se plenamente com o que eles consideravam como o fruto inalienável de seu trabalho e de sua herança, os homens não podiam se separar de sua propriedade privada, nem de sua comunidade, nem da Alemanha. Mais habituadas a decodificar as relações sociais a partir de uma posição relativamente dominada, as mulheres assumiam frequentemente, nessa situação, as decisões necessárias e dirigiam-se à emigração.

Desde então, ela compreende que “era, sobretudo, preciso não obedecer”. E ela dá como exemplo a obrigatoriedade dos judeus entregarem seus objetos de valor:

Demandavam-nos depositar todos os objetos de valor em um lugar determinado. Evidentemente

eu não fui. Meu marido encheu dois táxis com toda a prataria de sua família. Ele fez isso mais apressadamente que qualquer outra coisa. Sua irmã estava como ele: angustiada e meticulosa. Honestamente, eu não teria jamais feito isso. Eu dera joias a uma amiga que partia para a Dinamarca. E, após a guerra, eu as recuperei. Eu teria preferido jogar tudo no canal de Landwehr que entregá-las. (Ruth A.)

Finalmente, é seu marido que, por sua confiança em um destino querido por Deus, e por seu espírito “prussiano”, a saber, a fé cega em uma Alemanha “Estado de Direito”, faz fracassar todos os planos de emigração que Ruth elabora:

Regularmente, todas as sextas-feiras à noite, seis amigos de meu marido, médicos como ele, vinham nos ver. Tínhamos discussões inquietas. Todos médicos judeus. Um após o outro, três deles emigraram. Todas as nossas discussões giravam em torno da emigração e sobre o que ia acontecer conosco e com a Alemanha. Nesse meio-tempo, a guerra explodira. Nós fixamos na parede um grande mapa para seguir o desenrolar da guerra. E meu marido, que se interessava muito por política e que era muito inteligente dizia, espantado: ‘Mas o que eles estão fazendo? A França derrotada, a Polônia rapidamente morta... Em dezoito meses, assistimos a um seguimento ininterrupto de vitórias de Adolf Hitler na Europa. Como era possível que Chamberlain tenha ido ao Ninho de Águia e ele tenha querido fazer um tipo de tratado com esse Hitler. Pura loucura. Tudo isso era impossível de compreender. E o cúmulo foi quando eles fizeram um acordo com a Rússia. Adolf Hitler acolhe com todas as honras Molotov em Berlim. Não, tudo isso nos deixou completamente estupefatos. Eu sempre

pressionei para emigrarmos. Até 1938, era ainda fácil, em 1939 se tornou muito difícil. Havia somente uma possibilidade: partir para Shangai. Mas o que você quer que façamos em Shangai? Ninguém queria saber de nós judeus. E não se podia imaginar que a escolha pudesse ser: Shangai ou morte. Esperávamos que a guerra terminasse rapidamente e a paz se restabelecesse. Absoluta ilusão! Após 1939 foi a angústia, a angústia absoluta. Bom, nós não emigramos. Estava muito difícil fazer meu marido se mexer. Eu era esportiva e muito ativa. E eu tinha a possibilidade de obter para nós documentos falsos. Eu comprei uma carteira de identidade para mim. Bem, evidentemente, tratava-se de uma carteira falsa. Mas esse tipo de documento poderia dar proteção, se, além disso, se estivesse integrado em uma unidade de trabalho. Para meu marido, eu tinha a possibilidade de comprar um documento oficial da Cruz Vermelha com foto. Com este documento, ele poderia ter se virado muito bem. Mas, em sua opinião, não era preciso se erguer contra o destino. (Ruth A.)

Todos os eventos contribuem para sufocar a esperança. Entretanto, é em 1938, ano de inflexão, que se realiza enfim o sonho de Ruth e de Karl: seu casamento. Ruth está grávida. Ela fala de seu aborto com lamentação, tristeza e ao mesmo tempo com certo alívio: o que seu filho poderia esperar? Após o repouso imposto pelos médicos, Ruth tomou seu lugar e ainda se reaproximou de seu marido, que lhe transmite os conhecimentos de base em medicina. Ele vem viver em seu pequeno apartamento; posteriormente, eles devem deixá-lo no fim do ano para se mudar para um “apartamento judeu”:

Isso aconteceu com uma revogação do aluguel pura e simples. O proprietário fingiu lamentar, mas

o fato é que ele me botou porta afora. Eu tive que me mudar. Os judeus eram ‘concentrados’ em imóveis pertencentes a judeus. Em nove de novembro, dia de minha mudança, era um dia de boicote aos comércios judeus. [trata-se do dia anterior à Noite de Cristal]. Os carregadores da mudança me olharam e choraram comigo. Eles, não eram pró [regime], eles eram certamente comunistas e eles disseram: ‘mas, o que é isso?’ eles estavam verdadeiramente chocados. Eles me viram, eu, meu apartamento, minha vida. Eles pensaram: ‘porque essa senhora deve sair daqui?’ Além disso, eu estava grávida e na manhã seguinte eu deveria ir pessoalmente à polícia para lhes dar meu aparelho de rádio, objeto igualmente proibido aos judeus. (Ruth A.)

Assim como os carregadores, os amigos não judeus dão testemunho de sua simpatia. Mas, inexoravelmente, as relações sociais se deslocam entre “judeus” e “arianos”. A política de segregação racial, de “dissimilação” progressiva do grupo judeu se realiza plenamente, na medida em que, na vida cotidiana, pesam-se os riscos de tal ou tal contato. Por vezes, na ausência de ruptura marcada, é impossível estabelecer *a posteriori* a origem da ruptura de uma relação. Assim, a maior parte dos amigos renanos de Ruth não eram judeus, contrariamente ao círculo de amigos de seu marido, que se recrutava na alta burguesia judia berlinense. Frequentemente é ela que não contata mais seus amigos por medo de os “embaraçar”, para não “causar-lhes problemas ou expô-los a sanções”, talvez também para evitar uma rejeição. As fronteiras sociais arbitrariamente estabelecidas pela política marcam até mesmo a simpatia e os sentimentos. A adaptação dos comportamentos individuais resulta também do cuidado de não colocar o outro à prova por medo de ser decepcionado. Assim, o episódio

seguinte é um daqueles que Ruth evoca pensosamente e cheia de hesitações:

Eu mesma tinha muitos amigos não judeus. Entre outros, uma mulher que me era muito próxima. Ela era de um meio hostil a Hitler. Acho que eles eram simpatizantes do Zentrum. Ela se preocupou muito comigo. Ela queria que eu emigrasse. Mas uma noite, era o primeiro alerta aéreo em Berlim, em 1940, ela não quis que eu ficasse na casa dela. Ela me mandou embora. Ela tinha medo que outros a denunciassem por dar abrigo a uma judia. Ela tinha medo. E isso, sim, para mim foi um golpe. Sim, os alemães também tinham medo. Eles não viram claramente em qual aventura eles estavam engajados. O que me aconteceu, não se podia prever. E o dia que alguém não tinha mais vontade de jogar o jogo, ele sabia que estava morto (Ruth A.).

Em outro encontro, ela volta a esse episódio:

Esta passagem com a mulher que me mandou embora de sua casa durante o bombardeio, talvez seja melhor não escrever. Ela já era idosa e ocupava uma posição social elevada. Certamente ela temia por sua aposentadoria. Porque, durante o bombardeio, o vigilante do imóvel (Blockwart) teria podido ver a casa dela para fazer um controle. Bom, isso não foi bonito. Mas se pode por isso fazer um julgamento sobre ela? (Ruth A.).

Em quem confiar, em quem contar na luta pela sobrevivência cotidiana? Dolorosamente, desde antes de sua deportação, ela deve viver a experiência da solidão na perseguição, de limites na ajuda mútua também.

Meus pais tinham sua vida em Dusseldorf e, quando eles se deram conta da amplitude das mudan-

ças, eles também vieram para Berlim. Eles acreditaram que, em uma grande cidade, seria sempre mais fácil se virar que em uma cidade onde todo mundo se conhece. Meu irmão emigrou em 1935, primeiro para a Dinamarca, e depois para a Suécia, onde ele se casou. Ele teve dois filhos. Tão longamente quanto possível, ele nos escreveu por intermédio da Cruz Vermelha. Após a morte de meu pai, ele fez tudo para levar minha mãe, para fazer com que ela fosse para a Suécia. Mas recusaram isso a ela. A comunidade judia na Suécia, ela também era assim. Ela não queria bocas demais para alimentar. Ele teve dois filhos, e depois pegou pólio. Foi demais. Ele não podia mais viver assim. Ele se suicidou (Ruth A.).

Reféns da esperança

Desde o início da guerra, a vida de Ruth está indissociavelmente ligada ao destino da comunidade judaica berlinense. Karl, profundamente religioso, membro de uma das grandes famílias judias berlinenses, fora antes da guerra próximo da direção da comunidade judia, composta de rabinos e de dignatários. Desta forma, ele tinha mesmo ocasionalmente participado de negociações com a administração. Juridicamente, as comunidades judias na Alemanha gozaram, até 1938, do estatuto de associação de direito público, antes de serem transformadas, nesse mesmo ano, em associações de direito privado. Em 1939, é criada, em âmbito nacional, a *Reichsvereinigung der Juden in Deutschland*, reagrupando obrigatoriamente todas as pessoas de 'raça judia' segundo os critérios da lei de Nuremberg de 1935. Uma associação voluntária que agrupa uma comunidade de crentes é assim substituída por uma organização sob tutela do Estado que gerencia todos aqueles que a ideologia racial define como 'judeus'. Essas transformações

jurídicas tiveram como consequência a redução significativa da margem de manobra e de autonomia das comunidades judaicas, colocando-as aos poucos sob as ordens da Gestapo.

Contudo, até por volta de 1941, a vida cultural da comunidade judaica berlinense conhece certo impulso. A comunidade judia absorve na *Kulturbund* a maior parte dos artistas e intelectuais excluídos da vida cultural nacional. A proibição dos judeus de frequentarem os cinemas e os teatros, assim como a exclusão das crianças judias das escolas públicas aumentam paradoxalmente as tarefas e a animação cultural da comunidade judaica. O número de escolas judias até aumentara em 1940. Da mesma forma, os grupos de jovens continuam a existir, antes que alguns escolhessem a clandestinidade⁸. Nos marcos da política de dissimilação-emigração, muitos internatos foram autorizados a formar jovens judeus para a agricultura, a fim de prepará-los para a emigração para a Palestina. Uma escola desse tipo funcionou até 1943 em Neuen-dorf, próximo de Berlim.

As tarefas de organização e de gestão social da comunidade judaica berlinense aumentavam na medida em que a população judia se tornava mais miserável. O porte da estrela torna-se obrigatório a partir de 19 de setembro de 1941. Entre o final de 1941 e o início de 1942 restrições suplementares quanto à participação na vida pública são decretadas: proibição de utilizar o telefone, de comprar jornais, de utilizar transportes em comum, de ter animais domésticos, de ter roupas além do estritamente necessário (BALL-KADURI, 1973, p. 204).

Ruth trabalha para a administração social da comunidade judia de 1939 à 1942; ela se ocupa da distribuição de roupas e de outras formas de ajuda material. Sem necessariamente conhecer todas as implicações de suas diferentes tarefas, em particular aquelas que são ligadas à preparação de com-

boios para o Leste, sua narrativa hesitante demonstra o estado psicológico que devia predominar entre os oficiais da comunidade que acreditaram por muito tempo poder efetivamente negociar sua sorte e salvar assim as tradições e a continuidade da comunidade⁹. As primeiras deportações para o Leste começam em 1940. O primeiro comboio deixa Berlim em outubro de 1941.

Em 1941, 1942 e 1943, o que sabiam efetivamente os judeus berlinenses sobre o destino desses comboios? Dois tipos de comboios, um em direção de Theresienstadt, outro em direção ao 'Leste' deixavam Berlim. Nos primeiros eram admitidos apenas dignatários e velhos¹⁰: "Theresienstadt era considerado como alguma coisa de relativamente melhor. A significação precisa de Auschwitz, eu não a conheci, certamente não. Exceto a direção Theresienstadt, se tratava sempre de comboios para o Leste"¹¹. A partir de 1941, os rumores sobre seu destino real, o extermínio, se ampliam:

Os dias, as horas eram cheias de inquietude e nervosismo. Em torno de nós se dizia que todo mundo desaparecia. E certamente, as discussões de sexta-feira à noite com os colegas médicos giravam em torno desses temas, e nós escutávamos as emissões da BBC, eu não entreguei meu rádio, o que poderia resultar em pena de morte... e eu escutei o discurso de Thomas Mann quando ele disse que na Alemanha, no coração da Europa, se assistia ao massacre dos judeus. E depois nós dissemos – era minha opinião: 'Não é possível, mesmo esse aí sucumbiu aos exageros da propaganda inglesa. É impossível'. Era 1941. E depois quando Hitler declarou guerra à Rússia, nós nos debruçamos sobre o mapa e dissemos: 'com a Rússia na guerra, ela está perdida. Mas isso vai durar ainda quatro anos!' Meu marido não se enganou nesse cálculo. Ele me disse: 'eu não vou sobreviver'. Desde o início ele pensou na

morte. E depois ele me disse: 'Mas tu, querida, tu sobreviverás!' Ele tinha um tipo de intuição.

Ao passo que as notícias difundidas pelo rádio não são suficientes para fazer crer nos rumores, uma testemunha o consegue:

Uma noite, a preparação de um comboio durou mais tempo e eu tive que ficar no escritório situado na Münchnerstrasse além da hora autorizada aos judeus. Não era bom caminhar portando a estrela nesse horário. Na minha angústia, deviam ser oito e meia passadas, eu me dirigi ao agente de polícia que estava de serviço na esquina da Kaiserallee e Berlinerstrasse. Eu me dirigi a ele: "eu sou judia e não tenho mais o direito de estar na rua. O que eu faço?" E ele me olhou: 'Escute, tire este Isaac (estrela)'. Eu fiquei próximo dele e descosturei a estrela e ele me acompanhou até em casa. Ele subiu ao nosso apartamento, sentou-se e nos disse: 'Só posso aconselhá-los a se suicidarem!' Pois ele foi testemunha do assassinato de judeus de Litzmannstadt (Lodz), abatidos diante das tumbas que eles mesmos tiveram que cavar. Eles tombavam e quando os cobriam de terra, era possível ainda ver mexerem seus pés e suas mãos. Essa novidade não era muito animadora. Mas, apesar de tudo, nós não nos suicidamos. Mas era alguma coisa. Nós mantivemos contato com esse homem. Ele nos trazia patê de fígado, pequenos pães. Ele nos queria bem. Mas, ao mesmo tempo, ele escolhia em nosso apartamento o que ele tinha necessidade. Eu posso compreender muito bem isso, é humano. Pode-se compreender. Ele sabia que nos levariam e que tudo ficaria no apartamento, uma ocasião para ele de obter alguns objetos. E eu preferia que fosse ele que os agentes da Gestapo. (Ruth A.)

Apesar dessas informações, eles sentem-se relativamente protegidos do perigo imediato. Após ser

varredor de ruas, seu marido foi colocado na Siemens, como parte do contingente de judeus submetido ao trabalho obrigatório, dispondo, a princípio, do estatuto de trabalhadores indispensáveis ao esforço de guerra. Nessa usina, situada no bairro de Wedding, conhecido por ser um dos feudos do Partido Comunista Alemão, Karl goza da simpatia e do apoio dos operários, apesar de sua falta de habilidade e de força física:

Ele tinha que abrir grandes caixas e carregá-las ao centro. E os operários o ajudavam o tanto quanto podiam, porque no início ele não sabia como abrir as caixas. E um dia ele abre uma caixa e vê um grande cartaz: a Frente Vermelha está viva (*Rotfront lebt!*). E o contra-mestre o viu, pegou o cartaz e o destruiu. Se acusassem meu marido de ter trazido o cartaz, ele teria sido fuzilado imediatamente. Mas certamente ele não teria colado os cartazes para a Frente Vermelha, certamente que não. (Ruth A.)

Apesar disso, rapidamente essa sensação de segurança se revela uma ilusão:

Em outubro de 1942, a própria comunidade judia teve que propor uma lista de 1000 pessoas para um comboio. Destino desconhecido, como sempre. E, a princípio, os operários indispensáveis ao esforço de guerra estavam protegidos. A comunidade judia berlinense pensou então que seria astucioso colocar nessa lista as pessoas cujos cônjuges estavam protegidos. É por isso que me colocaram na lista. É justamente para esse comboio que, pela primeira vez, separaram famílias, marido e mulher. Havia um SS vindo de Viena, Brunner. Ele queria se impor por seu comportamento: gravata e botas de couro. E ele queria introduzir um novo método, em concorrência

com o de M. Prüfer. Efetivamente me convocaram no dia seguinte, às 7 horas da manhã, na Sinagoga da Oranienburgerstrasse, onde eu recebi a ordem de preparar uma mochila e alguma bagagem para o comboio de depois de amanhã. E quando eu escutei isso, eu fiz uma coisa que jamais fizera na vida, fui ver meu marido na usina. Quando eu cheguei chorando, ele pressentiu do que se tratava. Primeiro os operários me ofereceram um café da manhã, depois eles me esconderam numa grande caixa. Muito nervosa e após uma longa caminhada – o transporte em comum já era proibido aos judeus – eu estava tao cansada que adormeci nessa caixa. À noite, nós voltamos juntos. E nós queríamos terminar com nossa vida porque queriam nos separar. E isso falhou completamente. Veja bem, eu estou aqui, diante de você. No nervosismo do momento, meu marido não encontrou as ampolas que ele deveria nos injetar. Simplesmente, ele não teria podido fazer isso. Eu compreendi essa atitude depois. ‘Eu não posso ser teu assassino’, me disse ele, com um ar suplicante por compreensão. Essa foi a noite mais horrível da minha vida. Na manhã seguinte, eu estava deitada no chão, reduzida a nada pelos medicamentos que eu tomara. E quando a Gestapo chegou, eles disseram simplesmente: ‘Mas não podemos levá-la nesse estado’. Havíamos preparado duas mochilas, para mim e meu marido. Ele não teria me deixado partir sozinha. Mais tarde eu soube que, no meu lugar, uma jovem, médica no hospital judeu, partira voluntariamente para acompanhar seu noivo. Assim, a cifra de 1000 pessoas fora atingida e não me procuraram mais. Averiguou-se que me riscaram das listas, e depois eu vivi, por assim dizer, escondida em casa durante seis meses, de outubro de 1942 a março de 1943. Certamente, eu não recebia mais cartões de ali-

mentação durante esse período. E nós tínhamos muito pouco para comer. De qualquer maneira, com os cartões judeus, só tínhamos o direito de fazer compras após as 16 horas, quando não havia mais nada. Mas nosso agente de polícia e um amigo de meu marido, um comerciante que entregava cigarros à Luftwaffe, nos traziam comida. E quando a zeladora, uma mulher simples, soube que eu não recebia mais nada, ela começou a colocar todas as manhãs dois pequenos pães em nossa porta. (Ruth A.)

Na mesma época, o pai de Ruth morre. Empregado na Associação de Judeus do Reich, ele é designado, com outras 14 pessoas, como prisioneiro, após um atentado contra um oficial em uma caserna berlinense. Trocado no último momento por uma outra pessoa, o pai de Ruth morre de um ataque cardíaco quando ele toma conhecimento que os 15 prisioneiros foram fuzilados imediatamente. Seu enterro, no grande cemitério judeu de Weissensee, é, por assim dizer, a última reunião de família:

Só estavam presentes os amigos mais próximos da família. Em torno de 40 pessoas. Evidentemente, estavam meu marido e os membros de sua família, minha mãe também. E, se eu me recordo bem, de todas as pessoas presentes nesse enterro, eu fui a única que sobreviveu. É um fato duro de encarar. Talvez dois ou três tenham conseguido ainda emigrar. É possível. Mas eu não conheço ninguém que esteja ainda vivo. É um verdadeiro milagre que eu ainda esteja viva. E eu sempre me pergunto: por que tu vives ainda? Frequentemente, isso dá uma sensação de culpabilidade. Você me compreende? (Ruth A.)

O aprisionamento

Após a deportação de sua mãe, no início de 1943, Ruth e Karl são aprisionados nas “ações de usinas”¹², quando os operários judeus, até então protegidos por seu estatuto de trabalhadores indispensáveis à produção de guerra, são presos em seu local de trabalho. Fiel a seu marido, Ruth renunciou a aproveitar as últimas ocasiões de fugir ou de entrar na clandestinidade.

Em 23 de março de 1943, ocorreu a grande ação de deportação dos operários e do pessoal da comunidade judaica. Nesse dia, meu marido não fora trabalhar. Como uma caixa caíra no pé, ele não podia caminhar. E quando eles vieram procurar todo mundo, ele não estava lá. E em 26 de março, alguns dias mais tarde, oficiais da comunidade judia vieram nos procurar, com um caminhão de mudanças. Nós pegamos nossas mochilas, já preparadas. Pediram-nos para levar todas as nossas ferramentas de trabalho. E meu marido efetivamente pegou todos os medicamentos que ele ainda tinha. Nesse caminhão já estavam reunidas outras pessoas e eles continuavam a procurar. Procuraram em muitos imóveis. Alguns não abriram a porta. Infelizmente, nós abríamos a porta. Nosso apartamento, um velho apartamento berlinense, tinha duas entradas e nós poderíamos ter partido pela cozinha. No fundo, eu não era obrigada a aparecer. Para eles eu já estava morta. Mas eu fiquei com meu marido. Ele não suportaria jamais tudo aquilo sozinho. Eu quisera emigrar e eu comprara para nós documentos falsos. Mas ele não podia fazer isso. Ele não era capaz de fazer alguma coisa contra a lei. (Ruth A.)

De três a cinco mil judeus escolheram a clandestinidade em Berlim, dos quais em torno de 1400 sobreviveram¹³. Tendo decidido jamais se separar, Ruth e Karl se tornaram testemunhas do

último calvário da comunidade judia berlinense, de seus últimos signos de orgulho, de divisões e de compromissos também.

Levaram-nos à Grosse Hamburger Strasse, onde ficavam um antigo asilo e escolas judias. A partir desse momento, nós éramos já prisioneiros, em torno de 3000. E lá nós ficamos no chão, em colchões sujos. Eu me lembro muito bem. Meu marido teve sua primeira crise de asma. Ele sofreu muito, e o acaso quis que ele se instalasse sob uma pequena placa de mármore, lembrança dos doadores dessa sala, que não eram outros senão seus pais: Julius A. e Betty, nascida... Eles não teriam jamais imaginado que seu filho um dia estaria deitado ao pé dessa placa, sofrendo. Nós ficamos ali durante 15 dias. Nós partimos de Berlim em 20 de abril. E por 18 de abril chegou um transporte de jovens judeus. Eles vinham de Neuendorf, onde receberam ensino agrícola para se preparar para sua vida em Israel... Jovens cheios de futuro, gentis, e que viveram verdadeiramente na esperança de poder se consagrar à agricultura¹⁴... Mas circulavam igualmente rumores de que era necessário desconfiar de apontadores que procuravam aqueles que escolheram a clandestinidade. Inicialmente, nós devíamos ser enviados a Theresienstadt, com papéis verdes, como todos os antigos combatentes condecorados. Meu marido era condecorado com a Cruz da Ferro, primeira classe. E depois eles procuraram dois outros médicos, para acompanhar um outro comboio para o Leste. E eu protestei junto aos organizadores da comunidade judia. Mas eles não me escutaram. Nosso direito de sermos enviados a Theresienstadt não contava mais: eles tinham necessidade de médicos e nos mudaram de comboio. Em contrapartida, se eu ousar dizer, eles deram para mim também a braçadeira de médico.

Assim nós pudemos ficar juntos. Alguns daqueles que organizavam os comboios talvez tenham pensado em salvar sua pele. Eu também ouvi dizer que se tratava nesse momento de homens em ‘casamento mixto privilegiado’¹⁵. Sim, eu os conheci. E nenhum deles está mais vivo. Ninguém está mais aí. Ao contrário, quando eu já estava em Auschwitz, chegou um outro comboio da comunidade judia, sempre de 1000 pessoas, das quais um certo número foram imediatamente mortas. Entre elas, havia apontadores, você compreende, havia aí um tipo de auto-justiça em Auschwitz, isso existiu. (Ruth A.)

Antes do campo de concentração, Ruth precisou ter feito a experiência da fronteira frequentemente fluída entre cooperação e resistência, entre negociações e compromissos. Envolvida com a preparação de comboios antes de 1942, ela conhece os raciocínios que puderam levar os responsáveis da comunidade judia a cooperar com a Gestapo na esperança, seja de “evitar o pior”, seja de poder limitar os desgastes pela “artimanha”. Inscrevia-se, por exemplo, de preferência, as esposas de “trabalhadores indispensáveis à produção de guerra” nas listas de comboios. Contando com o respeito à unidade familiar, esperava-se assim que os SS poupariam tanto as esposas como os filhos e isso diminuiria o número total de deportados. Ruth tomou consciência do caráter ilusório dessa ‘escolha’. Em certa medida, as associações judias se tornaram, por força das coisas, correias de transmissão da Gestapo, desde o início da guerra¹⁶, mas elas conseguiram, até o verão de 1942, suavizar certas medidas e garantir um mínimo de serviços sociais e de sustento material para os judeus que viviam ainda em Berlim (BALL-KADURI, 1973, p. 225-226). Após o fechamento de todas as escolas judias, não havia efetivamente mais, no fim de

1942, outras tarefas sociais a completar além da preparação de comboios para o Leste, aos quais os dirigentes e funcionários da comunidade também não escapavam. Nessa situação, e para ter certeza de que ninguém escapa dela, a Gestapo engajou apontadores para lhe designar judeus clandestinos. Mas ao lado dessas últimas tentativas de trocar sua morte por uma colaboração, é necessário igualmente assinalar a coragem de mulheres com “casamento misto privilegiado”. Elas conseguiram, em 1943, com uma manifestação de rua diante da prisão, fazer libertar seus maridos (BALL-KADURI, 1973, p. 212).

Ruth recusa-se a fazer um julgamento sobre a atitude da comunidade judaica, pois suas ações estão fundadas naquelas qualidades que ela sempre admirou em seu marido: correção, pontualidade, obediência, respeito escrupuloso da lei e da ordem. Não tendo tido a força, como mulher, de fazer seu marido partilhar sua resolução de desobedecer ou emigrar, única chance de sobrevivência, ela não pode também reprová-lo. Após sua última tentativa de convencer seu marido a fugir, a experiência do campo só reforçará sua atitude.

Nós partimos da estação de mercadorias Puttitzer Strasse em vagões para animais. E no vagão vizinho, uma mulher grávida gritava, e era impossível ajudá-la. Um balde para todo mundo, rapidamente cheio. E o que nos deram para comer rapidamente apodreceu. E o choro e as reclamações começaram... eu pude olhar por entre duas tábuas do vagão. E eu vi os ferroviários levantarem os braços para cima, apavorados... Em algum lugar na Alta-Silésia o trem parou. Ataque aéreo. E eu quis fugir. Mas meu marido recusou. Para ele era o Destino. No último vagão viajavam os agentes da Gestapo, entre os quais o responsável do transporte, M. Prüfer. Não, não, dizer que

eles não sabiam é impossível. Eles sabiam exatamente o que se passava na rampa, em Auschwitz... No dia seguinte, 21 de abril, dia de meu aniversário, nós chegamos. Os *commandos*: 'Fora, fora!', as mulheres à esquerda, os homens à direita! Mães com seus filhos, velhos e os que não podiam mais caminhar, no meio. Quase a metade das pessoas afluíram ao meio, onde estavam estacionados os caminhões da Cruz Vermelha alemã. As pessoas sempre tinham confiança vendo esse signo. E depois eles perguntavam quem era médico. Evidentemente eu não respondi, eu não tinha o diploma. E meu marido, que já subira em um desses caminhões da Cruz Vermelha [que partiam para a câmara de gás], desceu dali com dificuldade. E depois nós nos vimos pela última vez. E a sua maneira, tão amável, tão gentil, ele me abençoou e me abraçou pela última vez. Ele tinha a expressão 1000 vezes mais emocionante que o Cristo na cruz... E lá, quando nos separaram, eu soube que ele estava perdido. Ele não podia caminhar. Ele, Karl A., que tivera o mundo a seus pés, filho de uma grande família, como ele teria podido compreender que aos olhos de um SS ele não era nada, nada mesmo? De 1000 pessoas, não fomos mais que duzentos a serem conduzidos ao campo. (Ruth A.)

Sob uma redoma de vidro

Ruth descreve o choque de sua chegada no campo em termos muito próximos dos de outras narrativas: desnudamento, ducha gelada, raspagem completa do corpo, distribuição de vestimentos provenientes dos mortos, tatuagem do número. O que distingue sua narrativa é que Ruth diz não ter sofrido fisicamente graças a seu "treinamento" e a seu "lado esportivo". Para resumir sua reação, ela utiliza uma imagem que simboliza uma

fuga interior, uma recusa de compreender. Esse tipo de instinto de sobrevivência reforça sua convicção, em detrimento de todas as informações, que sua deportação a levaria efetivamente a um campo de trabalho.

E desde a entrada, se escutava: Vês esta nuvem, são teus pais que queimam! Eu escutei isso e nada mais. E efetivamente, a 100 metros dali, se podia ver uma grande nuvem negra, como uma grande nuvem pesada... uma imagem curiosa, inquietante. 'São teus pais que queimam!' Eu escutei, mas compreender, não, eu não compreendi... após a tatuagem era necessário se por em filas de cinco, sempre de cinco. Ficamos em pé, lá, com a cabeça raspada, grotescas, eu em uniforme russo. Não se sabia mais o que iria acontecer, tudo era como um espetáculo de horror, incompreensível. E eu me refugiei em uma redoma de vidro, eu podia ver tudo, escutar tudo em torno de mim, mas eu não compreendia nada. Era provavelmente um tipo de 'autoproteção', eu me recusava a compreender, devo repetir, eu fiquei sentada sob essa redoma de vidro, durante muito tempo, muitíssimo tempo, porque o espírito humano não pode medir o tamanho de uma tal coisa. (Ruth A.)

Como efetivamente encontrar uma ordem ou uma lógica nas medidas perfeitamente arbitrárias, até destrutivas, em relação ao bom funcionamento do campo de trabalho que ela acredita encontrar:

A quarentena era prevista para evitar a introdução no campo de doenças contagiosas. E para nós, que vínhamos de um lugar relativamente limpo, era completamente absurdo. Foi na quarentena que pegamos doenças. Meu uniforme russo estava cheio de pulgas. Foi a primeira vez

na vida que eu tive pulgas. E eu me cocei, e é coçando que a gente se expõe ainda mais a pegar tifo... e efetivamente, três semanas após, dia após dia – a incubação dura geralmente 21 dias – eu tive tifo. E foi esse o primeiro milagre, eu ter sobrevivido a isto, com a ajuda de uma enfermeira judia, que tinha um medicamento para o coração que ela me dava no momento em que meu pulso sumia e que eu começava a delirar. Eu estava ainda em quarentena. Alguns camaradas que iam trabalhar em Auschwitz pegaram rãs. E com essas rãs, nós fizemos uma espécie de uma sopa. Era a primeira vez que eu comia uma sopa de rãs. Eu perdia peso, eu estava magérrima. Durante essas três semanas, não nos deram quase nada para comer... e para a chamada, era necessário sair todas as manhãs e permanecer em pé. E aquele que não conseguisse ficar em pé, estava condenado à morte. Era um método totalmente deliberado: quando alguém, no campo, perdia consciência, para a câmara de gás!... E durante a chamada, as outras mulheres me seguraram dos dois lados para que eu não caísse. Pensando hoje, eu não me recordo disso: eu tinha tarjas negras diante dos olhos, eu não podia ver nada, eu estava como cega. A febre era terrível. Em seguida eu sabia reconhecer imediatamente essa febre nos outros, e o que era necessário fazer, como ajudá-los. (Ruth A.)

Após o período de quarentena e de sua doença, Ruth é engajada em diferentes *commandos* de trabalho, mais ou menos duros: recolher urtigas para a cozinha, revirar a terra com colheres, triar os vestimentos e os objetos dos deportados para preparar seu reenvio “ao Reich”. Sem poder reconstituir uma ordem cronológica, ela se lembra das múltiplas mudanças de bloco, e de um tratamento que

variava segundo as “mais velhas dos blocos”, verdadeiras rainhas em seu território:

Se a gente tivesse sorte, tinha-se uma mais velha de bloco boa. Uma vez eu fiquei em um bloco no qual a mais velha era uma criminosa que esfaqueara seu marido. Ela era a mais velha de bloco mais sádica que se pode imaginar. Ela se fixara o objetivo de matar uma garota por dia. Além disso, ela dominava uma outra garota, muito lésbica, era algo corrente no campo. Aquela ali ao menos tinha o mérito de acalmá-la para que ela não elimine sua vítima. (Ruth A.)

Em sua “redoma de vidro”, sempre, ela é levada a transgredir os limites do desgosto que ela acreditava intransponíveis. Em seu caso, tratava-se do contato com os ratos:

O pior eram os ratos. Uma noite eu tinha que sair para ir às latrinas. E, de repente, eu vi um turbilhão em torno de mim, como uma tempestade que levanta poeira da terra. Eu não conseguia compreender. Havia centenas, milhares de ratos que se seguiam, ratos grandes como coelhos. Era horrível, eu que tinha pavor de ratos. Mais tarde, um amigo professor de zoologia me explicou que isso existe, ratos migrantes... as vezes havia dezenas de ratos mortos sobre a terra. E um SS me disse: ‘junte-os!’. Jamais na minha vida eu tocara um rato. Hoje isso me seria totalmente impossível... Naquele momento, eu terminei por me habituar. E no bloco hospitalar onde eu dormia, os ratos fizeram seu caminho de um lado a outro da peça, e à noite eles passavam em minha enxerga, correndo em minhas costas. Isto não me fazia mais nada. (Ruth A.)

Nesse mundo que permanece incompreensível, a humilhação que destrói mais a personalidade é

a punição física, o fato de ser batido:

Em um *commando*, eu devia triar os sapatos por pares, colocá-los em grandes sacos e levar esses sacos de um lugar para outro. Era muito pesado, eu não conseguia fazer isso. Eu estava sentada, mas completamente distraída, olhando fixamente diante de mim. E então uma guarda veio em minha direção com seu pastor alemão e suas luvas de couro negro. E ela me bateu com suas próprias mãos. O cachorro, como se ele tivesse consciência, recuou. Ela me bateu até que eu perdi a consciência. As outras garotas me socorreram e me trouxeram água. E eu voltei à consciência. Mas não me pergunte o que quer dizer ser batido por alguém! Alguma coisa se quebra profundamente em você. Quebraram sua espinha. Fisicamente alguma coisa foi quebrada. É o que há de pior. Além disso, ser batida por uma mulher, é muito deprimente, muito triste... Eu fui batida uma segunda vez por uma *Kapo*. Em um *commando* muito duro, onde era necessário revirar a terra, eu penei muito. Um dia, a *Kapo* viu vir de longe um grupo de SS, duas mulheres e três homens. Quando eles se aproximaram, a *Kapo* se jogou sobre mim, e me bateu, gritando: 'Vai, te mexe, trabalha!'. Era para fazer bonito aos SS. E quando eles foram embora, ela me olhou: 'Ah, és tu, mas não era em ti que eu queria bater'. Ela tinha se enganado e isso me afetou muito e eu devia fazer uma expressão engraçada. À noite, eu encontrei sobre minha enxerga um cesto de batatas e cebolas fritas. A *Kapo* deve ter ficado com a consciência pesada. E foi uma refeição que me ajudou muito. (Ruth A.)

Nesses comandos de trabalho, esses tipos de humilhação, a fome, destroem progressivamente toda resistência física e moral. Se eles se deixam le-

var, os deportados arriscam efetivamente de chegar a um abandono completo de si, a se transformar em “muçulmanos” e corresponder assim à imagem de “sub-homens” que os SS querem exterminar.

Nós não estávamos mais com a plena posse de nossas capacidades mentais. Eu acho que às vezes havia brometo na comida. E se tinha sempre a garganta seca, a língua pendia da boca como um pedaço de madeira. Nós estávamos avoados. E se tinha tanta fome que no momento da distribuição das refeições, algumas de nós lambiam no chão as gotas de sopa que caíam das marmitas. Uma vez os SS colocaram, para 'brincar', óleo de ricino na comida. E aquelas que fizeram nas calças foram mandadas à câmara de gás. (Ruth A.)

Tomada de consciência e vontade de sobrevivência

Seu estado de semiconsciência, de recusa de compreender o que se passa a sua volta, durou em torno de seis meses. É pelo imperativo de assistir às “seleções” que ela termina por compreender o que se passa no campo verdadeiramente.

As seleções no campo [em oposição àquelas efetuadas no 'Revier'] eram perfeitamente imprevisíveis e arbitrárias, como na loteria. Eu passei por seis dessas. Um dia, todo o mundo em pé e alinhado devia contar-se, de 1 a 514. E depois se dizia: de 501 a 514, um passo à frente. Até a 500, todas foram levadas para a câmara de gás. Uma outra vez, era preciso contar 1, 2, 1, 2. E as garotas de número 1 desapareceram. Eu comecei a compreender. Na vez seguinte, o mesmo jogo, eu era o 1. Eu senti a angústia, o medo da morte. Eu transpirei e fiz nas calças. Mas dessa vez, foram os número 2 que desapareceram... uma vez

mais, eu tinha escapado. Seis vezes ao todo. Mas na terceira vez, eu estava completamente apática. Um dia, eu trabalhava no *commando* da triagem de vestimentas. Era um bloco onde se juntavam as vestimentas dos recém-chegados, e era necessário triá-los segundo sua natureza e qualidade: as camisas, as calças, os casacos... E um outro *commando* deveria descosturar as bainhas dos casacos e das calças para procurar dinheiro que os deportados haviam escondido neles. Efetivamente, encontravam-se ali muitas coisas. E eram as coisas das pessoas que eram levadas diretamente à câmara de gás! Um dia, eu estou sentada lá e, entre todas as coisas, eu encontro um pequeno babero no qual estava bordado 'o querido de sua mãe'. Ali, bruscamente, meus olhos se abriram: mas são as coisas das pessoas assassinadas! E eis tu, no meio de tudo isso, e as vezes tu chegas a adormecer... Isso foi para mim a grande revelação e um grande calafrio de horror. Você compreende? De repente, eu disse a mim mesma que eu bem poderia me deparar com o corpete de minha mãe que era assassinada naquele mesmo momento. Ali, subitamente, eu compreendi o que se jogava nesse campo. Era um sistema racional cujo objetivo era explorar as pessoas e matá-las. Por assim dizer, era simplesmente uma empresa, uma fábrica que matava as pessoas após ter explorado sua força de trabalho e após ter utilizado diferentes partes dos seus corpos os cabelos, os ossos, etc. E essas roupas, essas montanhas de óculos, de coroas dentárias de ouro, pequenas valises, todos esses produtos eram reenviados a Berlim. Durante ao menos seis meses, eu fiquei na minha redoma de vidro. Eu escutara tudo, eu vira tudo, mas nada tinha me penetrado. Era demasiadamente incompreensível, demasiadamente inimaginável. Os mortos, os agredidos, os enforcados diante dos

quais se passava. Tudo isso, eu tinha visto e escutado, mas eu não compreendia. Somente no final de seis meses eu me disse a mim mesma onde eu estava: em uma fábrica, cuja única função era o assassinato. (Ruth A.)

Uma vez admitida a realidade, Ruth pode se adaptar a ela mais conscientemente. Ela aprende o que ela chama de "técnica do campo, o que é necessário não fazer e o que é necessário fazer para amanhecer viva". Ela se dedica a compreender a ordem hierárquica e as regras que regem o campo. Ela procura compreender e saber. Primeiro, ela procura encontrar os seus. Ela demanda aos outros à sua volta informações sobre os comboios vindos de Berlim, os dias da partida de sua mãe, da primeira mulher e da filha de seu marido, todos mortos na câmara de gás. Um dia, ela toma conhecimento da morte de seu marido:

Eu não sei exatamente o seu fim. Eu creio que ele foi espancado até a morte logo após sua chegada. Um dia, dois médicos poloneses vieram ao campo das mulheres e me procuraram. 'Ah, é você a mulher de Karl, meu Deus, a única coisa que ele fez foi chamar seu nome!'. 'Ele ainda está vivo?' Eles não me responderam, me tomaram nos braços e depois foram embora. Eu não sei como ele morreu. O fato de eles não me terem dito mais nada me faz pensar que deve ter sido um fim terrível. E durante todos esses anos, esse pensamento horrível ficou comigo. Mesmo a ideia de que de agora em diante ninguém poderia fazê-lo sofrer não me consolou. (Ruth A.)

De agora em diante, seus pensamentos e toda sua energia são orientados por sua vontade de sobreviver. Após a perda dos seus e sem perspectivas de futuro, ela vive somente no presente, com exce-

ção de sonhos, muito raros, que trazem a recordação de seu marido.

Eu sabia que eu estava nesse campo por uma única razão: ser morta. E o único pensamento que eu tive face a essa certeza da morte é simplesmente que ninguém poderia me fazer mais nada. Mas eu não queria dar a eles o prazer de minha morte. E, por essa razão, eu aprendi tudo o que se necessita saber sobreviver. A primeira coisa que eu aprendi foi a não seguir sistematicamente as ordens, a não obedecer. Por exemplo, quando a ordem era dada, em circunstâncias excepcionais, de deixar o bloco, quando era necessário fazer fila fora das chamadas, eu ficava em minha cama, escondida sob a enxerga, até que a seleção fosse terminada. Eu me escondi. É assim que eu escapei à grande ação de ‘despiolhamento’ que custou tantas vidas. Eu disse para mim mesma: ‘eu posso me virar sozinha com meus piolhos e minhas pulgas: eu não tomarei banho.’ Era o que havia de mais importante: nem sempre obedecer. Se alguém obedecesse todas as ordens, já estava perdido. A cada vez, podia-se dizer: uma vez mais tu escapaste, amanhã ainda estarás viva... Sim, se adquire um tipo de técnica do campo, tanto eu como as outras, eu não pretendo ter sido melhor que as outras. (Ruth A.)

Ela fica sabendo da existência do ‘Canada’, esse mercado negro alimentado por certos *commandos*, como o da triagem de roupas ou o da cozinha.

Algumas encontraram meias de seda e as levaram ao campo, apesar do risco de serem controladas pelas SS; outras tinham um pedaço de pão; outras ainda trabalhavam na cozinha, tinham um pedaço de margarina. Com isso, elas podiam comprar tudo que elas queriam. Havia de tudo, era sufi-

ciente possuir o contravalor e o meio de pagamento, sendo os cigarros um tipo de moeda. No fundo, Auschwitz era um Estado autárquico, provisionado pelos deportados que chegavam e traziam tudo. Nós também, nós tínhamos levado muitos medicamentos, meu marido colocou seu melhor terno e eu minha roupa de ski mais chique. E tudo podia movimentar o mercado negro. Se encontrava mesmo batom! Que húngara chegaria sem seu batom! Mas isso custava vidas humanas, esse Império da Morte, todo esse sistema sabia-mente calculado: uma vez dentro, ninguém saía. Mesmo os SS estavam ligados pelo seu juramento de não falar dele no exterior. E esse silêncio foi pago a eles por joias, divisas fortes, diamantes, eles todos puderam enriquecer nesse Estado. (Ruth A.)

Entre os *commandos* relativamente privilegiados, Ruth cita a administração (o *Schreibstube*), o serviço às famílias de SS, a lavagem de roupa dos SS, e mesmo os responsáveis pelas latrinas (o “*commando* da merda”). Os membros desses *commandos* gozavam de certos privilégios, como melhores lugares para dormir, um acesso mais fácil aos alimentos e à informação, o fato de por vezes serem liberados das chamadas da manhã e da noite, que com frequência duravam horas. Em geral, os *commandos* que cumpriam serviços diretos para os SS e aqueles que eram julgados indispensáveis ao bom funcionamento do campo ofereciam mais segurança. Isso era verdadeiro também para o serviço hospitalar (o *Revier*) e todo o seu pessoal.

A ocasião de juntar-se a esse serviço se apresenta a Ruth durante a grande epidemia de tifo, entre o final de 1943 e começo de 1944. “Os micróbios não perguntavam quem era nazista ou judeu”. Essa epidemia tinha atingido as fileiras dos SS. Para represar a epidemia, o extermínio foi acelerado,

os blocos e as roupas foram desinfetados e os deportados foram vacinados. Para fazer isso, quem quer que tivesse conhecimentos médicos era recrutado. Tendo chegado ao campo com uma braceira de médica, Ruth foi nomeada por sua chefe de bloco e transferida ao *Revier*, onde ela reencontra Érika, médica vinda de Praga, com quem ela estabelecera amizade durante uma quarentena por uma cistite.

Nós nos tornamos grandes amigas. Como todos os médicos, ela tinha sido diretamente colocada no *Revier*, e quando da grande ação de vacinação, ela me tomou como sua assistente. Para mim era a grande chance, e ela logo percebeu isso. Ela era inteligente e já tinha conhecido a prisão durante dois anos. E lá eu desempenhei a função de médica. Ninguém pedia mais nada, nada de diploma. (Ruth A.)

No que diz respeito ao trabalho médico propriamente dito, ela sublinha os limites do que se podia fazer, bandagens uma vez ou outra, mas sobretudo um apoio psicológico, “escutar e consolar”: “Elas tinham uma grande confiança em todas as que vestiam a blusa branca. Era tudo que eu podia fazer”.

Relações pessoais: a base de toda a confiança

Na mesma medida em que Ruth se distancia, no espaço do campo, dos *commandos* de trabalho ordinário e se aproxima dos grupos de deportados privilegiados, no caso o pessoal da medicina, sua narrativa se torna mais ‘pessoal’. Os nomes próprios e a apreciação nuançada das qualidades de tal ou tal pessoa, deportada ou SS, ganham importância.

Falando de relações pessoais entre deportadas, Ruth estabelece uma diferença profunda entre o que ela viu e viveu antes e após seu recrutamento ao *Revier*. O trabalho duro, a falta de comida, as chamadas diárias que levavam horas, a mudança frequente de bloco, de *commando* de trabalho, toda a organização da vida no campo tornava difíceis, ou mesmo impossíveis, as chances de guardar ou manter ligações duráveis. É por isso que os pequenos grupos de auxílio mútuo que se formavam nos comboios decompunham-se muito rapidamente após a chegada ao campo. A isso se junta o reinado absoluto das *Kapos*, casta à parte que, para manter seu controle, tinha, assim como as SS, tendência a não deixar se formarem redes de auxílio mútuo e de solidariedade. Falando de relações sexuais, reservadas a aqueles e aquelas que tinham escapado das situações fisicamente mais degradantes e que podiam obter um pouco de alimento suplementar, Ruth descreve as frequentes atividades homossexuais como estando submetidas às situações hierárquicas próprias ao campo de trabalho, as *Kapos* por vezes constituindo em torno de si verdadeiras côrtes.

Ao contrário, no *Revier*, o recrutamento não somente do pessoal médico, mas também das *Kapos* – mais velhas dos blocos – era largamente decidido por Orli Wald-Reichert, chefe do *Revier*, e Enna Weiss, médica-chefe. Fazendo isso, elas tinham o cuidado de constituir um grupo que podia trabalhar e viver em uma certa harmonia. Era necessário, então, evitar também todo o excesso de violência da parte das *Kapos*. Para descrever essas mulheres e o ambiente assim criado, Ruth utiliza as expressões “elas tinham classe”, “um certo nível”. Esse recrutamento, acompanhado de condições de vida melhores e de uma maior continuidade na ocupação de diferentes postos, permitia a constituição de relações pessoais e de pequenos

grupos de auxílio mútuo fundados na amizade, no amor e no respeito ao outro.

Érika era para mim uma espécie de necessidade vital. Eu tinha muita afeição por ela, eu a admirava, ela era muito inteligente, ela tinha classe. Ela era para mim o que todo mundo tem necessidade e que os psicólogos chamam hoje em dia um personagem de referência (*Bezugsperson*). Ela teve um destino terrível. Ela vivia em Praga; em 1934 seu marido emigrou para Israel dizendo: 'eu te buscarei' e, depois, mais nenhuma notícia. Eu a admirava e a respeitava enormemente, quase tanto quanto ao doutor Hautval. Ela era única no mundo. E era um verdadeiro presente ter podido encontrar tais pessoas... O amor, a camaradagem e a amizade eram os valores supremos. E lá, no *Revier*, contrariamente ao campo de trabalho, eu aprendi a importância de ter a quem se pudesse falar e ter confiança. (Ruth A.)

Em sua narrativa, Ruth sublinha: “Cada uma de nós tinha uma ligação preferencial”. Em sua descrição, ela recorre a um termo atualmente a um termo na moda nos tratados pedagógicos, “personagem de referência”¹⁷. Fazendo isso, ela destaca o denominador comum de uma multitude de relações de casal: a confiança que, sozinha, permite limitar o arbitrário e está no fundamento de todo o sentido de continuidade e de estima de si e dos outros.

A partir de tais relações de casal, grupos mais amplos podem ser constituídos, como um grupo de médicas-amigas que, nos momentos privilegiados de seus encontros, colocam “entre parênteses a realidade do campo”.

Nós éramos seis a nos reunir frequentemente, à noite, cada uma de nós contava como era sua vida antes de ir para o campo. Nós éramos um

pequeno grupo muito unido. Antes, no campo de trabalho, nós passávamos o tempo, as outras mulheres e eu, a falar de receitas de cozinha. No *Revier* se discutiam problemas médicos, o que era necessário fazer ou dizer, ou não dizer. Mas nós tínhamos também escolhido fazer, cada uma, pequenas exposições sobre o que nos preocupava... Eram horas preciosas... Nós nos mantivemos vivas, por assim dizer, e agora com um tipo de vida interior... Uma vez, eu falei de Rembrandt, de sua vida, de tudo que eu sabia tão bem a propósito de seus quadros. Antes, eu lera muitos livros de arte. Isso me apaixonava. Mas meu assunto preferido era Goethe e Fausto. Eu o conhecia de cor, tanto a primeira parte como a segunda. As outras sabiam pouca coisa: eu podia ensiná-las muito. (Ruth A.)

Essas relações de amizade abrem também a via à elaboração de uma atitude comum face aos SS e que tende a “evitar o pior” ou a “limitar os desgastes”. Por exemplo, a não indicação da presença de doenças crônicas e contagiosas devia permitir evitar-se a seleção automática daqueles que tinham essas doenças. Um esforço de organização podia também permitir uma melhor repartição dos medicamentos. Mas, em contato direto com os SS, e mais particularmente com os médicos SS, essas mesmas pessoas deviam sempre decidir o grau de sua relação com aqueles. Assim, alguém podia se aproximar excepcionalmente dos médicos SS por razões pessoais.

Érika colocara suas duas filhas, para escondê-las, na casa de tchecos, em troca de muito dinheiro. Mas eles as entregaram para as autoridades, e assim as gêmeas, Renée e Irène, chegaram um dia ao campo de famílias em Auschwitz. Ora, muitas mulheres desse comboio conheciam Érika.

Nós tínhamos que examiná-las para ver se elas tinham escondido joias em suas vaginas. E essas mulheres disseram à Érika que suas filhas chegaram com elas. O doutor Mengele se interessava por todas as anomalias fisiológicas no campo. Ele tinha lá um material humano que ninguém no mundo poderia lhe oferecer! Ele colecionava gêmeos, esse era o centro de interesse de suas pesquisas. Érika sabia que suas filhas gêmeas estavam ainda vivas, na medida em que Mengele não as tinha examinado para decidir sua sorte. Por intermédio de Edna Weiss, médica-chefe do Revier, suplicara a ele para entregá-las a ela. E ele efetivamente chamou essas crianças e perguntou quem era sua mãe. E as crianças responderam que sua mãe, médica, estava morta, não sabendo que ela se encontrava em Auschwitz. E Mengele as deixou ir para o Revier. E um dia ele as deixou sair pelo portão de Auschwitz e elas chegaram a nós em Birkenau. E isso foi um ato humano. (Ruth A.)

Érika e Ruth, inseparáveis, podem assim se ocupar das crianças e formam uma “família”, um termo usado igualmente por outras deportadas para designar as relações particularmente estreitas mantidas no campo entre mulheres de gerações diferentes e crianças que, por assim dizer, se “adotaram” reciprocamente (ADELSBERGER, 1956, p. 122). As passagens da entrevista que se referem às relações com os médicos SS merecem uma atenção particular porque elas testemunham muito claramente a tendência de Ruth a jamais pensar o mundo social em termos de pertencimento a um grupo e a querer considerar somente as relações de indivíduo a indivíduo.

Eu não devia dizê-lo e não querer minha cabeça. Mas mesmo Mengele, o ser mais frio e mais gla-

cial do mundo, tinha momentos humanos. Uma vez ele chegou sozinho. Ele me pediu para indicar as doenças de mulheres das quais eu me ocupava. Visivelmente, elas tinham tifo. Mas era necessário não dizer isso. Então eu disse: ‘uma diarreia’. Ele me olhou e deve ter observado meu sotaque. ‘De onde tu vens?’ – ‘De Berlim’. ‘E seu marido, o que fazia?’ Isso foi totalmente excepcional. Normalmente era ‘*Arztin, Du*’ (Tu, médico!). Jamais um SS tratava na terceira pessoa uma deportada. E eu lhe indiquei outras berlinenses, e quando houve a seleção seguinte, eu pude salvar duas delas. Talvez ele fizesse essa exceção porque se lembrava de seus anos de estudo na Universidade Humboldt. Quando ele me disse ‘você’, ele estava sozinho, evidentemente. Jamais em presença de um outro SS ele teria deixado isso acontecer. Era sempre a mesma coisa. Quando um SS estava sendo controlado, quando ele se sentia observado, ele devia corresponder a seu papel e provar aos outros SS que ele era duro. Os SS sempre cometeram as maiores atrocidades na presença de outros SS. Eu me lembro de um SS que tinha a reputação de assassinar ao menos uma pessoa por dia. Quando ele atravessava o campo sozinho, sem ser observado por outros SS, eu jamais o vi cometer crueldades. Cada ser tem um lado humano. E eu tento sempre, com todo o mundo, encontrar esse lado humano. Em uma relação de indivíduo a indivíduo, quase ninguém escapa a sentimentos humanos. É em grupo, se identificando a crenças ou a organizações e quando alguém se sente observado, que se quer estar à altura de seu papel e que se chega a fazer tudo o que é dito para se fazer. (Ruth A.)

A ambiguidade das relações sociais

Uma vez em contato direto com os SS, e mais particularmente com os médicos SS, os deportados que ocupam posições privilegiadas devem sempre decidir sobre sua ação para com outras deportadas e sobre o grau de suas relações com os SS. Ocupar posições-chave permite influenciar o recrutamento a posições privilegiadas e, indiretamente, salvar outras deportadas. Pertencimentos comuns, nacionais, políticos e por vezes religiosos comandam frequentemente essas lógicas de auxílio. Assim, desde sua chegada a Auschwitz-Birkenau, Ruth foi confrontada à concorrência entre grupos de deportadas pelo acesso às posições privilegiadas:

Aquelas que estavam há mais tempo no campo, sobretudo as polonesas, tinham já o espírito do campo, elas ocupavam os postos dirigentes e sabiam se virar. Nós nos demos conta disso rapidamente. E as polonesas, em maioria no campo, tinham ciúme de todas as alemãs que chegavam e ameaçavam pegar seus postos. (Ruth A.)

As deportadas de nacionalidade alemã eram oficialmente favorecidas pela administração do campo. A isso se junta a vantagem da língua, mas mais ainda uma compreensão implícita da disciplina e da ordem do campo. Pode-se falar de um fundo comum de educação partilhado por aqueles que conceberam a ordem do campo e aqueles e aquelas, entre os deportados(as), que estavam melhor preparados(as) às tarefas da manutenção de uma tal ordem.

Durante as chamadas da manhã, nós ficávamos frequentemente em pé durante horas até que todas as filas estivessem em ordem e a contagem feita. Eu sabia fazer isso, me colocar em filas de cinco. Eu tinha esse hábito desde os tempos de educação física na escola. Lá também nós de-

víamos contar interminavelmente, um-dois, um-dois ou em filas de cinco. E eu dizia às outras: 'Escutem, coloquem-se na fila direita'. Mas quando eu olhava para outro lado, já havia novamente seis e não cinco na minha fila. Eu dizia a elas 'Cinco! Nós vamos nos incomodar, a sexta tem que se colocar em outro lugar'. 'Mas deixe-me ficar aqui, ao meu lado é minha filha'. Era uma judia polonesa que dizia isso. Ela não compreendera simplesmente a importância da ordem na fila. Elas diziam todas: 'Que besteira fazer filas de cinco!' Somente alguém que conhecesse a construção prussiana (o 'Drill'), que sabia o que era o senso da ordem, podia se habituar a isso. E felizmente esse senso me fora transmitido. Eu o tinha em mim. (Ruth A.)

Essa passagem da entrevista, aparentemente oposta à ideia que "era necessário jamais obedecer" indica que os benefícios da obediência ou da desobediência são função das circunstâncias. Segundo o testemunho de uma deportada alemã recrutada para a administração do campo, uma das primeiras atividades consideradas como um "ato de resistência" foi racionalizar o sistema de contagem e de melhor organizar a chamada da manhã a fim de abreviar sua duração¹⁸. Resistir significava ao mesmo tempo se opor ativamente aos SS e "organizar a sobrevivência". Ora, isso passava por uma melhor gestão do campo, encorajada em parte pelas SS. Outros testemunhos confirmam que o sentimento de segurança relativa resulta de uma ordem e de um desenrolar previsível da vida, enquanto que toda a medida excepcional, como um *'Blocksperr'* (proibição de deixar os blocos) provoca angústia e pânico (FENELON, 1976, p. 164, 262-263). Poder, em uma certa medida, antecipar as ações e as reações dos SS delimitava os espaços e os momentos nos quais era melhor "obedecer"

ou “desobedecer”. Mas tentar influenciar as colegas de detenção nesse sentido pode ser interpretado como uma complacência ou um compromisso. Entre todas as categorias de deportadas, a de judia alemã era particularmente exposta a esse gênero de “mal-entendido”. Enquanto judia, Ruth fazia parte da categoria situada na posição mais baixa da escala. Enquanto alemã, ao contrário, fazia parte da categoria superior. Poder se comunicar com o médico SS Mengele permitiu, como se viu, salvar as filhas de Érika, mas também tirar as berlinenses da seleção. Mas cada pessoa protegida era substituída por outra vítima. Salvar uma amiga pela única razão que ela tinha a mesma origem geográfica era necessariamente percebido pelas outras como um ato de favoritismo injustificado e atraía críticas sobre aquelas que agiam assim. A situação por vezes ambigua das judias alemãs, ao mesmo tempo embaixo e no alto da escala, ao mesmo tempo mais diretamente ameaçadas e membros de um grupo linguístico relativamente privilegiado, constitui o grupo mais exposto às críticas das deportadas, mas também o mais desorientado: “No campo, nós não éramos amadas. Nos chamavam de Jackele. E nós tínhamos a reputação de sermos arrogantes”.

Por outro lado, a grande heterogeneidade do grupo, partido entre tradições judias e alemãs, de lealdades religiosas ou culturais diversas, impede a eclosão de uma solidariedade de grupo que teria podido servir de base a redes de auxílio mútuo, como aquelas que se constituíram no caso das francesas ou polonesas¹⁹.

Ruth evoca as tensões entre ela, que tinha guardado, apesar de tudo, um certo patriotismo e um certo orgulho cultural e suas amigas deportadas de origem polonesa e francesa:

Nós tínhamos também discussões políticas. E seguidamente eu era atacada: tu e tua germanofilia.

Sim, me insultaram muito. E mesmo aquelas que eu admirava me atacavam. Elas detestavam os alemães. ‘Quem poderia amar os assassinos?’ É verdade que é difícil. Talvez elas errassem também por generalizar demais... Uma vez uma mulher do nosso grupo chegou a me dizer: ‘se eu ouvir mais uma palavra sobre os alemães eu vou cuspir’. Certamente isso é compreensível. Se alguém viveu isso pessoalmente, como não desesperar? Como compreender que isso tenha podido acontecer ao ‘pais dos poetas e dos pensadores’, nessa Alemanha altamente culta e admirável? Nós fomos testemunhas disso. Não, ninguém poderia compreender isso. E depois se esqueceu que os culpados eram apenas uma certa categoria de pessoas. Eu também, por momentos, esqueci disso. Mas em meu retorno, quando eu vi aqui o desespero e a desorientação completa das pessoas, eu me lembrei que é necessário não generalizar. O que elas teriam podido fazer, as pessoas? (Ruth A.)

Os critérios do aceitável

No seu setor, os médicos SS exigiam das deportadas médicas um aspecto físico e estético ‘aceitável’, relembrando a função médica. Elas deviam ter cabelos e portar a blusa branca. “Não se pode dizer que os médicos SS tivessem simpatia por nós, mas eles mostravam um tipo de respeito superficial como se encontra entre colegas”. Numerosos testemunhos descrevem assim as relações entre médicos SS e deportadas ocupando posições dirigentes no Revier, como a chefe do Revier e a médica-chefe.

Eu conhecia pessoalmente muito bem Enna. Era uma bela mulher, e ela tinha ocupado, parece, uma posição elevada no serviço de cirurgia do hospital de Belgrado. No campo, ela se tornou

como que petrificada, sem nenhuma emoção. Mas, em sua posição, ela não poderia jamais se dar ao luxo de manifestar emoção. Mengele a escolheu para acompanhá-lo. Ela ia com ele para as seleções. Mas ela jamais tomou decisões por si própria. E no fundo, se tudo isso não tivesse se passado em um campo de concentração, teria sido dito que eles formavam um belo casal, dois seres – não se pode dizer simpáticos – mas bonitos de se olhar... Quanto ao seu trabalho e a sua posição, ela dizia: 'Eu posso trabalhar com esse homem. E se não sou eu que o faço, dez outras o farão em meu lugar. Eu salvo quem pode ser salvo!' Era seu ponto de vista. Ela podia falar com ele, ele falava com ela de igual para igual, como com uma colega. Mas ele não se explicou jamais sobre o que ele fazia no campo, sobre o que ele pensava disso. Ao menos foi isso que Enna me disse, mas acontecia a eles de ficarem só os dois. Para nós, Enna dizia sempre: 'É necessário fazê-lo e eu o faço da melhor forma, acreditem!' Eu acreditei nela. Ela fazia ares de grande senhora, ao mesmo tempo com um lado 'dama de ferro'. Era uma personalidade forte. Mas não se via a que ponto esse trabalho a fazia sofrer. (Ruth A.)

Outros testemunhos, de sobreviventes de origem alemã e austríaca, confirmam essa apreciação, reconhecendo também a Enna Weiss um papel muito positivo (LINGENS-REINER, 1948, p. 262-263). Ao contrário, os testemunhos de deportadas francesas trazem por vezes um julgamento sobretudo severo²⁰, vendo, no contato seguido e estreito com Mengele, os signos do comprometimento. Entre as deportadas ocupando posições privilegiadas, a própria definição dos casos de comprometimento é muito variável segundo os testemunhos de diferentes categorias de internadas.

A proximidade social, os mesmos critérios de pertencimento e o domínio da mesma língua tendem a homogeneizar os julgamentos sobre o que é 'aceitável', e mesmo 'normal', e que outros recusam em nome de uma certa moral. Como o auxílio é fortemente moldado por critérios de pertencimento comum, o comportamento de uma deportada ocupando uma posição dirigente parece ser percebido como tanto mais comprometedor quanto aquelas que emitem esse julgamento ficam excluídas dos benefícios potenciais associados a essa posição. Isso não impede que uma moral da recusa force a própria admiração daquelas que optam por uma outra atitude. Assim, Ruth, que mostra compreensão por Enna Weiss e que aceita como necessária e por vezes benéfica uma cooperação limitada com os médicos SS, fala com uma admiração sem limites de suas camaradas francesas que optaram por uma recusa sistemática, testemunhando assim mais orgulho que ela mesma.

A epopeia do retorno

Quanto mais se aproxima o fim da guerra, mais os guardas dos campos de concentração são recrutados também entre os soldados feridos, inaptos para o *front*, ou entre os homens idosos. Eles chegam ao campo sem nenhuma preparação específica, sobretudo sem o doutrinamento ideológico racista que todo SS conheceu em sua formação. Certos problemas de disciplina nas fileiras do pessoal SS não são certamente estranhos a esse recrutamento. Desde então, saber discernir entre os guardas 'bons' e os 'malvados' pode ser decisivo, e isso tanto mais na medida em que o mundo SS e dos campos se decompõe, assim como o Terceiro Reich, e que o périplo do retorno coloca Ruth em situações 'anárquicas', em meio à debandada geral, o que somente uma apreciação justa e rápida do entorno

social permite dominar.

Um dia, perto da cerca, havia um jovem soldado com um rosto de criança e grandes olhos azuis. Ele me pergunta: 'Mas porque estás aqui?'. Eu respondo: 'Eu sou judia'. Então ele ficou completamente confuso. E ele disse: 'O que, essa é a única razão? É terrível! Eu nunca mais poderei olhar para minha mãe nos olhos se eu colaborar com isso!'... Ele tinha certamente sido transferido do *front*. E ele me pergunta: 'O que eu posso fazer por você?' Eu peço a ele então para me trazer um livro. E efetivamente na manhã seguinte eu encontrei no mesmo lugar um livro. Eu me lembro exatamente do título, *Pequena enciclopédia dos conhecimentos*, e embaixo do livro um pacote de folhas de tabaco. E isso tinha um grande valor. Os cigarros eram a moeda do campo. E eu estou certa que esse jovem, ele não pôde superar esse choque. Ele deve ter se suicidado. Você quer que eu o condene? Isso também se pode dizer, é necessário dizer. Eu não posso denegrir todos os alemães. Eles eram diferentes uns dos outros. Nem todos quiseram isso. (Ruth A.)

No campo, a sobrevivência dependia da manutenção de ligações duráveis, de certa continuidade, de certa ordem social. No momento da liberação e do retorno a Berlim, ela se torna função das relações pessoais, frequentemente mutantes. O relato sobre os últimos meses passados em diversos campos parece um romance de aventuras em um período onde nenhuma ordem social, nenhuma continuidade subsistem. Sem balizas, sem orientações que permitem um mínimo de previsão e de precauções, Ruth conta somente com suas relações do momento e com suas artimanhas.

O fim é um romance a parte, um verdadeiro romance policial. No final de 1944, os russos se

aproximavam do campo, e se começavam a transportar os deportados a outros campos da região, com frequência dependências de Auschwitz. É nesse momento que igualmente nos enviaram, Érika, suas duas filhas e a mim, para um pequeno campo na Alta Silésia. Havia um chefe de campo SS, três guardiãs SS, uma médica deportada e ajudantes de médico e 500 deportadas. Nós partimos de Auschwitz em um verdadeiro trem, em compartimentos de terceira classe. Era surpreendente porque, na época, havia vagões de quarta classe. E nossos guardas eram velhos de uniforme verde, do *Volksturm* – eu acho. Érika e suas filhas estavam sentadas em um outro vagão, e eu viajava em um compartimento com os guardas. Eu usava uma blusa branca do serviço sanitário, e nas costas me pintaram uma grossa cruz vermelha, isso tinha um ar estranho. Mas olhada de frente, eu tinha uma aparência normal, meus cabelos tinham crescido um pouco, eu tinha uns brincos, e me diziam que eu deveria ter este corte de cabelo muito parecido com o que eu tenho atualmente. Um dos guardas partilhou seu pão comigo. Ele deve ter se dado conta que eu comia rapidamente, que eu não comia o suficiente há muito tempo, e ele me perguntou: 'O que você faz aqui?'. E eu respondi a ele que nós éramos prisioneiras. Ele não queria acreditar em mim. Eu disse que eu era judia, mas isso não queria dizer muita coisa para ele. Que situação irreal! E você não vai me acreditar, mas ele me fez propostas, ele me pediu em casamento! Era bizarro, curioso em um ponto, depois de mais um ano no campo, eu atravessava uma paisagem em um trem de turismo, com verdadeiros rostos...

Nós chegamos à noite. E era necessário fazer cinco quilômetros a pé. E havia uma guardiã SS que devia nos acompanhar e nos entregar ao chefe do campo. Talvez houvesse aí também mais

alguns guardas em uniforme verde, eu não me lembro mais. Esse campo para 500 detentas fazia parte de Gross-Rosen. Tinham instalado ali uma olaria. Na nossa chegada, nos mostraram os alojamentos, e para nós, o pessoal médico, um pequeno quarto com camas superpostas. Na praça iluminada do campo nos esperava uma cozinha rodante militar para nos servir uma sopa. Mas as meninas viram as altas chaminés da olaria e todo mundo estava gelado: você bem sabe que, em Auschwitz, uma chaminé simbolizava a morte. E de repente, o silêncio completo. Poder-se-ia ouvir cair uma agulha. Todas nos pensamos que nós iríamos passar por ali, por essa chaminé. A sopa fazia sem dúvida parte da encenação para nos tranquilizar. Iriam matar nós todas... E depois, pouco a pouco, nós nos demos conta que nós podíamos realmente comer, dormir e sobreviver. E de repente, um estrondo. Todo mundo falava, era para tapar os ouvidos, de tanto que estava barulhento... No dia seguinte, o SS chefe do campo se apresentou, pequeno, muito polido. E ele disse que era necessário se sustentar reciprocamente, e que nós deveríamos fazer tal e tal trabalho, e que colocavam a nossa disposição esse campo e o serviço médico. Então, lá, isso soava como a mensagem de um anjo descido à terra. Eu só fiquei nesse campo por quinze dias. Uma guardiã SS, chefe de um outro pequeno campo, chegou e pediu uma médica deportada falando alemão para cuidar de seu campo. Ela me escolheu sem pedir minha opinião: 'Eu te quero'. Eu era a única que podia falar com ela. As outras moças do campo eram quase todas húngaras. E Érika tinha o sotaque de Praga, e eu tinha, se você quiser, o sotaque que Johanna Feige amava. Era seu nome. Eu tive então que me separar de Érika. Foi muito triste. Nós éramos muito ligadas uma à outra, também por causa de suas filhas. Nós pro-

metemos nos rever, se nós sobrevivêssemos, em um café em Praga, na praça Wenceslas, na primeira sexta-feira à tarde após nossa liberação. Nosso campo de Hochweiler encontrava-se no pé da montanha de Iser, na Tchecoslováquia. Havia primeiro 300 moças, a maioria polonesas, e mais tarde, 300 húngaras. Um empresário requisitara as detentas para um trabalho que consistia em desmontar peças de avião, desaparafusá-las, e as meninas o faziam com seriedade e aplicação, parafuso por parafuso. Eram peças enormes provenientes de aviões que foram derrubados. Tudo isso deveria ser reutilizado. E eu, por assim dizer, a única médica responsável. Eu escolhi três meninas para me ajudar. E eu tive muita sorte. Nesse período, não houve nada de grave. Não tínhamos muitos meios. Novamente, não se podia fazer nada além de bandagens, abrir os abscessos. Durante esse período, só ouve uma morte, uma judia grega, morta de esgotamento físico. E esse empresário fazia tudo para que nós fôssemos bem tratadas e nutridas. Ao meio dia nós comíamos todas juntas em uma grande mesa e se podia mesmo servir-se novamente. Comparado com Auschwitz, era o paraíso. E como eu não podia acreditar nesse idílio, eu me dizia que devia haver um 'truque'. E, com efeito, havia um. Havia uma ordem secreta vinda de Gross-Rosen, dizendo que, se o inimigo estivesse a até 40 quilômetros de nosso campo, era necessário liquidar as detentas ao amanhecer. E, para fazer isso, pediam que se recensassem as armas e os calibres que os SS dispunham e se preocupassem antecipadamente com o enterro dos corpos. Como eu sabia de tudo isso? Não era para mim que a Gestapo endereçava esse tipo de documento secreto! Era simplesmente por que Johanna Feige, essa brava diretora do campo, simplesmente não sabia ler e escrever. Ela era de Berlim, mas

de origem muito simples e representava o papel mais brilhante de sua vida, em um belo uniforme, decidindo sobre mais de 500 vidas humanas... E, isso, havia, certamente, subido à sua cabeça.

Johanna Feige não sabia ler, mas ela me tomou um pouco para sua confidente: eu era alemã, ela me compreendia, eu vinha também de Berlim, ela me chamava: 'Médica, venha ver isso!' E foi assim que eu vi o documento secreto em forma de telegrama: o dia em que os russos estivessem a 40 quilômetros do campo, era necessário liquidar todo mundo. Estava dito preto no branco. E nesse documento perguntava-se se os Waffen SS de nosso campo tinham armas e cartuchos suficientes para isso. Na resposta, eu compreendi, além disso, que havia armas e munições suficientes para liquidar 500 pessoas.

Johanna Feige ia seguido a Gross-Rosen, onde ela tinha uma ligação com um SS bem graduado. Ele escrevia a ela cartas de amor às quais ela não podia responder. E ela me disse: 'Você poderia responder em meu lugar?' E me divertiu no mais alto grau escrever essas cartas, fazer declarações de amor, sublinhar a importância de ter conhecido esse SS. Eu me inspirei em certos versos de Goethe... Assim, eu redigi três longas cartas de amor. No dia em que as novidades se tornaram francamente más e que já se ouviam os sons do *front*, Feige me perguntou: 'O que tu achas, a guerra ainda pode ser ganha?' Era uma questão de dois gumes, muito, muito perigosa. Eu respondi: 'Você me pergunta isso nos marcos do serviço ou a título pessoal?' Ela compreendeu onde eu queria chegar e disse: 'Questão totalmente pessoal'. Então eu disse a ela: 'A guerra está perdida'. Ela me olhou, furiosa: 'Você sabe muito bem o que eu poderia fazer com você!' E partiu.

Outra mulher SS, de origem tcheca, devia igualmente nos guardar e, de tempos em tempos, nos

dava presentes. Bem no fim da guerra, vieram procurá-la para integrá-la nos SS. E como eu sabia o que nos esperava, eu reuni as amigas, moças em quem eu podia confiar, e eu falei igualmente com essa guardiã SS tcheca, Maria. Os operários tchecos que trabalhavam em uma colina perto do campo cantaram em tcheco para que os alemães não pudessem compreendê-los: os russos estão a tantos quilômetros! Maria arrumou uma serra de metal e, durante a noite, nós serramos as grades de nossas janelas. Ao lado de nosso alojamento, havia um velho moinho sem uso, um riacho e se podiam escutar os passos dos soldados que montavam guarda. E, uma noite, nós partimos pelas janelas, atravessamos o riacho e caminhamos, guiadas pelos sons dos canhões. Foi combinado que eu esperaria a SS Maria, a quem nós prometemos levar conosco. E eu continuei com ela. E veja, o primeiro tanque, era um tanque russo! A vila natal de Maria já estava ocupada pelos russos. Foi lá que nós dormimos pela primeira vez novamente em uma cama. (Ruth A.)

Rever Berlim

Maria, em sua vila, encontra dificuldades por ter sido integrada nas tropas SS. Ela decide acompanhar Ruth a Berlim. Sem se lembrar em detalhe dessa travessia da Alemanha, Ruth evoca imagens de Praga, onde, reconhecida como alemã, ela foi salva do furor anti-alemão por sua tatuagem e um certificado das tropas soviéticas designando-a como deportada. Ela vai ao encontro marcado com Érika, que ainda não retornou. Ela a espera durante dez dias. A pé, às vezes em caminhões que trazem de volta STO franceses, Maria e ela chegam à fronteira alemã. Em algum lugar, entre as tropas soviéticas e americanas, elas se alojam em um hos-

pital militar alemão abandonado pelo pessoal.

Havia soldados alemães gravemente feridos. Os médicos e enfermeiras tinham fugido. E eu trouxe uma dúzia de jovens, fiz bandagens com lençóis desmanchados. Eles eram todos jovens, quase crianças. Nesse hospital, nós descobrimos reservas de batatas, e isso nos ajudou muito. E todos esses jovens que estavam lá, morrendo, me deram bilhetes destinados a suas mães. Muito, muito triste, uma verdadeira tragédia. (Ruth A.)

Em Dresden, também, há imagens da destruição completa. “Nós havíamos pensado que nada mais poderia nos tocar. Mas Dresden era chocante”. Sem documentos, sua tatuagem de deportada lhe serve de documento para utilizar os raros trens que a levam, após múltiplas peripécias, a Lankwitz, na periferia sul de Berlim.

E eis que estou na estação de Lankwitz, sozinha. O que fazer? Pessoas totalmente estranhas me propuseram então de me alojar em sua casa. Todo mundo estava na mesma miséria e havia muito auxílio mútuo. Era um caos, a cidade completamente destruída. Foi duro rever Berlim nesse estado. Isso me dava uma ideia do que essas pessoas, eles também, deviam ter sofrido. Meus amigos viveram em uma adega durante três meses. Toda essa época era uma loucura. Em todas as esquinas se formavam comitês, comissões comunistas onde era necessário inscrever-se para obter um alojamento. E, então, um velho nazista, de alto escalão, com condecorações douradas de não sei o que, fez tudo para que se enviasse alguém para ficar na casa dele. Ele esperava que eu fizesse publicidade: olhem tudo o que ele fez pelos judeus, pelos deportados! Uma situação

muito curiosa. E eu não sei como eu me encontrei de repente na casa dele, com essa família numerosa. E eu revi uma vida em família. Eu estava chocada, com a reza à mesa e tudo. E eles me encontraram um quarto independente. E lá meu primeiro marido me reencontrou. Ele fez tudo para me encontrar. Sua segunda mulher, cristã, havia salvo seu apartamento e ele só tinha um desejo, me ser útil. E ele fez o que pôde. Foi meu melhor amigo. (Ruth A.)

Mas reencontrar antigos amigos pode também reservar surpresas desagradáveis. Assim, Ruth procura antigos vizinhos. Na Berlim bombardeada, marcava-se, às vezes, com giz, nas paredes das ruínas, a lista de mortos e sobreviventes, com o novo endereço dos últimos. É assim que Ruth encontra amigos a quem ela tinha confiado certas coisas antes de sua deportação.

Eu revejo essa mulher. E imediatamente ela me diz ‘Mas nós não temos mais tuas coisas’ Eu pensei que ela iria dizer: ‘Graças a Deus tu estás viva!’ Não, uma frieza absoluta. Todo mundo estava ocupado consigo mesmo e por sua própria sobrevivência. As pessoas só estavam tocadas pelo que lhes dizia respeito muito pessoalmente a eles mesmos e a seus próximos. O resto não existia. (Ruth A.)

Além disso, um muro separa aqueles que conheceram o inferno dos campos daqueles que querem se informar, por melhor intencionada que seja sua procura de informação. Quando Ruth quer se inscrever na faculdade de medicina, cinco professores a convidam a contar a eles “a verdade sobre Auschwitz”.

Eles [Ruth pediu que fosse preservado o anonimato desses professores dos quais um só vive

ainda] estavam sentados diante de mim e me disseram: 'Então, conte-nos como era na verdade'. Eu respondi: 'Eu não posso contar assim, eu não tenho nem a força, nem tempo. Era horrível e inimaginável. Façam questões!' 'É possível que se tenha feito abajures de pele humana?' 'Mas senhor professor, era o que havia de menos grave. Os abajures eram feitos a partir do que restava dos mortos, isso não fazia mais mal a eles. Mas o que eles fizeram com as pessoas vivas era bem pior!' Depois, eles me pediram detalhes. Mas eu não podia dá-los. Eu só podia dizer: 'eu vi com meus próprios olhos a chegada cotidiana de uma massa de pessoas. Eu os vi sair dos trens, entrar no campo. E depois eu não os vi mais. Mas os fornos crematórios queimavam dia e noite. Dizem que havia quatro, eu contei três. O que é certo é que todos foram para a câmara de gás e queimados... E quando a capacidade dos fornos crematórios era insuficiente, eles foram queimados simplesmente sobre fogueiras. Isso foi assim. O que mais vocês querem escutar? Se eu estou aqui sentada diante de vocês, isso é pura sorte. Eu tive sorte. Se se pode chamar isso de sorte. É uma sorte escapar a esse inferno? Eu sofro muito por isso e eu não sei absolutamente se eu terei forças para esquecer tudo isso'. Então um deles me disse: 'Mas minha cara Ruth A., você deveria escrever tudo isso, isso a aliviará e salvará'. Era a entrevista com os cinco professores. Eles ficaram até mesmo um pouco emocionados. E eles devem ter se dado conta que eu não disse uma única palavra excessiva. Eu me perguntei: 'Será que eles verdadeiramente não souberam de nada? Se eles tivessem sabido, eles não teriam me interrogado dessa maneira'. Parece mesmo que muitas pessoas não sabiam de nada disso. (Ruth A.)

A dificuldade que Ruth experimenta para viver durante os primeiros anos do pós-guerra, que se

pode chamar de 'o ano zero', se agrava mais com a perda de sua amiga Érika.

Um dia de agosto de 1945, eu recebi pelo intermédio de organizações judias internacionais um pacote enviado por Érika. Ela fora morar em Tel-Aviv. Como para muitos outros, nossa separação foi muito dolorosa. Nós quiséramos viver juntas e montar um negócio de produtos cosméticos. E, depois, eu soube dois anos mais tarde que ela se suicidou. Ela não suportou essa atmosfera de gueto. E então eu me fiz recriminações. Talvez ela teria sabido melhor ultrapassar suas decepções se eu estivesse com ela. E sozinha, face a todos os problemas de sobrevivência – era o ano zero – eu estava muito deprimida e eu me disse com toda a clareza: é uma coisa ou outra. Ou tu acabas com a vida, ou tu colocas uma pedra sobre o passado e recomeças com uma atitude positiva. Era uma escolha muito clara. A morte não me fazia mais nenhum medo. E eu me disse: 'Uma vez mais eu quero recolocar no seu lugar esse mundo e esse século'. Eu quis me provar, uma última vez, que eu podia viver. (Ruth A.)

Enquanto que nada de seu relato sobre o período passado em Auschwitz-Birkenau deixa transparecer a menor ideia suicida, ela apresenta sua situação de pós-guerra como a escolha deliberada, embora difícil, da vida. Ao mesmo tempo ela opta muito conscientemente contra uma emigração considerada muito difícil por razões de idade, de língua e de cultura, e por uma nova vida em Berlim. Desde então, essa escolha se traduz por uma inserção social que se acompanha de certo silêncio sobre seu passado em campo de concentração. Sem nada esquecer, sem nada renegar de seu passado, ela tenta reconstruir uma vida 'normal', ao mesmo tempo em que se 'normaliza' a vida na Alemanha

do pós-guerra.

Uma estranha na própria casa

Esse processo não se dá sem problemas. Primeiramente, esses problemas são de ordem administrativa. Não tendo nenhum documento provando sua identidade, lhe dão novos documentos, a partir do certificado estabelecido pelas tropas soviéticas na Tchecoslováquia no momento de sua liberação. Ora, os russos erraram sua data de nascimento, mas os funcionários berlinenses deram mais fé a esse documento do que à palavra de Ruth. Primeiro ela fica indiferente a esse “rejuvenescimento de três anos”. Mas os problemas ressurgem quando, em 1953, ela quer refazer seus documentos com base nos registros de estado civil, com vistas a sua futura aposentadoria. É nesse momento que ela pode fazer corrigir seu ano de nascimento, e provar seu estado civil de viúva. Ela é então levada a uma ação suplementar para mudar novamente seu prenome, Sarah, o nome outorgado a todas as mulheres judias figurando no registro de casamentos de 1938 como seu único prenome.

Desde 1945, seu estatuto de deportada lhe dá direito a certas vantagens, como melhores cartas alimentares, lembrando-lhe igualmente a permanência de seu passado. Por vezes esse estatuto provoca ciúmes.

Um dia eu chego no escritório para buscar minhas cartas de alimentação. Eu tinha direito a uma certa categoria. Mas o empregado se recusou a me dá-las, dizendo: qualquer um pode se fazer essa tatuagem. Eu não sabia o que responder. Se alguém sofre uma tal injustiça, não sabe como enfrentar. Eu fiquei muda. Eu fiquei com muita vontade de pegar o tinteiro e jogar em sua cabeça. Fui embora sem as cartas. Mas elas me foram

enviadas mais tarde.

“Certamente, após a guerra, ninguém ousaria dizer diretamente qualquer coisa contra os judeus. De certa maneira, tinha-se o campo livre e certas demandas eram concedidas antecipadamente”. Mas essa situação dá também lugar a um mercado negro particular que, sob uma forma muito diferente, perpetua um tipo de estatuto específico. Se encontram múltiplos traços disso nas publicações da comunidade judaica da época. Assim, antigos nazistas pretendem ser distinguidos pelo apoio aos judeus para prevenir a perda de seus bens ou de seus direitos nos processos de desnazificação²¹. Assiste-se mesmo à emergência de um mercado de “atestados de boa conduta” estabelecidos por particulares judeus em benefícios de tal ou tal funcionário nazista. Em consequência, a comunidade judia de Berlim, recriada em 1945, estabelece um tribunal de honra por esse tipo de negócio em março de 1946 e decide, em setembro do mesmo ano:

Um membro da comunidade judia em Berlim que toma posição, de maneira apressada, em favor de um membro do NSDAP [*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei*] ou de uma das organizações anexas quando dos processos e procedimentos de desnazificação, ou então que se omite de testemunhar em casos que ele conhece, mesmo que ele possa fazer deposições sobre eles, pode ser excluído, por decisão simples, de todos os serviços sociais feitos pela comunidade. (*Der Weg*, 28, 6.9.1946, p.1).

Durante os primeiros anos de pós-guerra, Ruth desfruta do apoio da comunidade judia, ela recebe regularmente pacotes provenientes de organizações judias internacionais e americanas. Em 1946, uma mulher vinda da Dinamarca a reencontra, graças

às pesquisas da Cruz Vermelha, e lhe entrega as joias que ela confiou a uma amiga antes de sua deportação. Quando ela quer vendê-las no mercado negro, ela tem novamente a experiência de que não é fácil ser ao mesmo tempo ‘judia’ e ‘alemã’. “Eu fui ao campo de antigos deportados (UNRA) ao lado do Schlachtensee para trocar uma bolsa em prata por manteiga. Era um dos centros do mercado negro. E eles não queriam me deixar entrar no campo porque não queriam acreditar que eu fosse judia”.

Cenas da vida cotidiana a lembram sem parar que as fronteiras sociais que o nazismo solidificara com tanta violência iriam ficar ainda muito tempo vivas, na medida em que elas tinham invadido tanto as mentalidades quanto os sentimentos. Mas, mais importante que essas cenas que se poderiam achar anedóticas, sua vida profissional testemunha uma continuidade entre sua experiência do campo e aquela do pós-guerra. Recusada na Universidade por falta de atestados capazes de provar que ela fizera seu bacharelado em cursos privados, seus professores não tendo sobrevivido, ela não pode realizar seu sonho de fazer o curso de medicina. Mas já em 1945, o Senado de Berlim, cujos serviços médicos devem enfrentar riscos de epidemias e as dificuldades colocadas pelo desenvolvimento de doenças venéreas, propõe a ela um emprego. Ela deve essa oferta “a suas experiências na luta contra as epidemias em Auschwitz-Birkenau”.

Em torno de 1953, e sempre por causa de sua experiência pessoal, ela recebe uma demanda de se ocupar do serviço de distribuição de indenizações às “vítimas do fascismo e aos perseguidos raciais”, regulamentados em Berlim pela legislação de 1951 e 1952. Quando ela evoca essa política de indenização, ela destaca de um lado seu aspecto humilhante e de outro os abusos cometidos nas práticas

de indenização. Assim, o funcionário que se ocupa do caso de sua mãe, faz com minúcia o cálculo de tantos marcos correspondentes a tantos dias de deportação antes de sua morte na câmara de gás. Profundamente repugnada, ela recusa essa soma. Ao contrário, em seu próprio trabalho ela trata de demandas que ela julga ‘abusivas’ e acha mesmo que ‘alguns enriqueceram’.

O que está em questão, aqui, não é unicamente uma lei, nem mesmo o princípio de indenizações financeiras, mas os efeitos sobre os destinatários decorrentes de sua colocação em prática. Além disso, não se deve esquecer que a legislação das indenizações financeiras por uma dívida ‘política’ e ‘moral’ se inscreve em um processo mais amplo de ‘normalização’ da vida pública na Alemanha, que é marcado notadamente pela criação das duas repúblicas em 1949: integração de cada um dos estados alemães em um dos blocos ideológicos, por um lado; ‘reconciliação interior’, por outro. A ligação íntima no marco da ‘reconciliação interior’, entre as vítimas do nazismo de um lado e de outro aqueles que tinham sustentado ativamente o regime, resulta do desenvolvimento simultâneo de medidas de indenização de uns e da reintegração progressiva dos outros na função pública. Uma lei de 1953 (*Bundesentschädigungsgesetz*) estabelece as regras gerais de indenização das vítimas políticas e raciais. Essa lei harmoniza e substitui as diferentes ordens que, em 1945, trataram dos mesmos problemas nas zonas de ocupação (BLESSIN, 1960, p. 59). Ao mesmo tempo, um dos problemas jurídicos maiores da jovem República Federal era redefinir o estatuto e o tratamento daqueles que eram funcionários antes de 8 de maio de 1945. Por um lado, o pertencimento anterior à função pública não dava nenhum direito a ser integrado após a guerra. Essa medida traduz ao mesmo tempo uma vontade certa de depuração, mas também a impos-

sibilidade de reintegrar sobre o território reduzido da Alemanha Federal todos os antigos funcionários refugiados do Leste. Mas, por outro lado, e para destacar a continuidade jurídica do Estado e a reivindicação da jovem República Federal de ser a única representante legítima da Alemanha, o parágrafo 131 da Constituição de 1949 prevê a regularização de todas as reivindicações materiais e financeiras decorrentes de uma situação anterior de funcionário. Então, em 1951, o parlamento federal vota uma lei nomeada ‘Lei 131’, segundo o parágrafo correspondente da Constituição. Essa lei exclui dos direitos às vantagens da função pública unicamente aqueles que foram classificados, quando dos procedimentos de desnazificação, nas duas primeiras categorias da escala das responsabilidades nos crimes do regime nazista. Além disso, essa lei ordena às administrações locais, regionais e federais a consagrar 20% de seu orçamento destinado ao pessoal aos direitos que decorrem do parágrafo 131 da Constituição. Na prática, essa regulamentação favoreceu a reintegração de antigos nazistas de posição inferior e pouco comprometidos (FRIEDRICH, 1984, p. 272 e seguintes). Verifique-se que a ‘normalização interior’ repara as vítimas e reabilita os ‘nazistas médios’.

Ruth tem a ocasião de vivenciar isso: o chefe da administração do bairro onde ela se ocupa das indenizações de deportados é um antigo membro da Waffen-SS. E quando, um dia, o silêncio habitual entre aquele do qual o passado não tem nada de secreto e aquela que a tatuagem marca para sempre se rompe, Ruth deve engolir essa frase da parte de seu chefe: “Mas enfim, se as pessoas, e também você, sobreviveram, isso não devia ser tão terrível assim”.

Mesmo se tais cenas não se repetam todos os dias, é necessário se proteger, “entrar na sua concha”. Isso se traduz por um controle permanente

do que se deixa transparecer de si mesma por ocasião das diferentes interações sociais. E se, em várias oportunidades, durante a entrevista, Ruth declara “jamais ter falado de sua experiência em Birkenau”, “ter recalcado tudo para poder viver”, ela explica indiretamente essa atitude pela ausência de ligações que lhe teriam permitido falar disso e ultrapassar assim a lembrança graças a um trabalho de constituição de uma memória coletiva.

É nesse sentido que ela constata, com tristeza, a oposição no tratamento dos deportados entre a Alemanha Federal, onde se resolveram todos os problemas pela indenização financeira, e a República Democrática Alemã, onde se conferiu um sentido ao sofrimento, reconhecendo e honrando da mesma forma todas as vítimas do fascismo. É nos mesmos termos que ela fala das associações de antigos deportados na França das quais ela ouviu falar. Ao contrário, ela não se reconhece plenamente em nenhum dos grupos de base política ou religiosa que, na Alemanha Federal, integram a memória das vítimas na sua filosofia mais geral.

Apesar de todas as dificuldades provocadas por essa relação com o passado na vida cotidiana, Ruth consegue construir uma vida profissional e privada que ela considera feliz. Mas essa conquista decorre largamente de uma disposição que consiste em jamais ‘politizar’ sua memória, a não pensar o social em termos de pertencimentos e de coletivos, mas como relações de indivíduo a indivíduo. Por outro lado, encontram-se todas as dificuldades que coloca a redefinição de uma identidade judia na Alemanha no plano coletivo. Assim, nos primeiros anos do semanário *Der Weg*, testemunham-se a dificuldade, para os representantes da comunidade, em definir sua função e também as tradições com as quais eles querem se religar. Trata-se de garantir um serviço social para uma população em trânsito, que só está esperando a possibilidade

de emigrar? As comunidades judias instaladas na Alemanha não são apenas “associações de liquidação” (W. G. H. M., 1946, p. 2; FABIAN, 1947, p. 18)? É necessário se definir como “judeus na Alemanha” ou como “judeus alemães”? (*Der Weg*, 6, 5.4.1946, p. 3). Ou, então, o estatuto de vítimas confere um papel específico ao grupo judeu na construção da nova democracia alemã e na abolição das tradições totalitárias? Não seria necessário classificar as vítimas judias entre os resistentes (GALINSKI, 1947, p. 11)? Com qual herança cultural se religar? O orgulho relativo de pertencer a uma grande tradição, a tradição alemã, é combinado com dúvidas quanto à função cultural dos judeus alemães no conjunto da cultura judaica. Assim, certos artigos insistem sobre a atualidade do papel de mediador que representaram os judeus alemães entre os judeus ocidentais e aqueles do Leste (FABIAN, 1947a), enquanto outros remarcam o pouco de futuro que concedem as organizações judias internacionais a uma comunidade tão enfraquecida (FABIAN, 1947b). Uma série de artigos põe em foco a contribuição judia à grande cultura alemã²². A isso vem se juntar, se bem que de uma maneira anexa, o velho debate sobre a assimilação (*Der Weg*, 27, 4.7.1947, p.3).

Ficar em silêncio sem nada esquecer

Em um momento da entrevista, Ruth diz: “Infelizmente, eu não tive razão quando pensei que eu havia colocado tudo isso no último cantinho do meu cérebro, e que todo esse passado estava bem enterrado lá. Desde que nós nos encontramos, eu me dou conta que eu não esqueci nada, e que tudo está presente como no momento em que eu vivi”.

Um passado que permanece mudo é talvez menos o produto do esquecimento do que de uma

gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação em algum momento da vida. Essa gestão da memória não rege somente o que é dito em diferentes contextos e em diferentes momentos da vida. A escolha das amizades e do grau de intimidade acordado a esta ou àquela pessoa também fazem parte disso. Nós tentamos agir sobre contextos nos quais nós nos exprimimos, assim como nós modificamos o que nós dizemos em função da variação desses contextos. Deste modo, toda a vida social atual de Ruth pode aparecer ao mesmo tempo como o resultado e o reflexo de tal modo de gestão da memória. Sem fé religiosa, ela guardou apenas ligações distantes com a comunidade judaica: ao contrário, ela frequenta regularmente uma loja maçônica judia, onde muitas das conferências e discussões tratam de tradições culturais. Ela refez velhas relações pertencentes ao meio médico de seu marido e faz parte de um grupo de amigas de sua geração, reunidas por vínculos de auxílio mútuo e de solidariedade frequentemente estabelecidos após a guerra nessa cidade de mulheres, viúvas e solteiras (MEYER; SCHULZE, 1984).

Assim, sua escolha de continuar a viver em Berlim poderia igualmente, sob certos aspectos, ser interpretada como a escolha de um lugar onde certa compreensão pode existir sem que haja necessidade de explicações. Em poucas cidades as consequências da guerra são tão visíveis quanto em Berlim, tanto no urbanismo quanto na composição social da população. Além disso, ela pode ali conviver com contradições difíceis de serem geridas e se fazerem compreendidas em outro lugar.

Durante toda a entrevista, o significado das palavras “alemã” e “judia” muda em função das situações que aparecem no relato. Em várias vezes, Ruth destacou: “Você acreditando ou não, eu amo a Alemanha e os alemães”. Frequentemente essa

afirmação era seguida da frase: “Espero que você não me critique”. Ao mesmo tempo, esse amor não a cega de forma alguma, e não lhe dá ilusões sobre o que se passou ou sobre o que se passa na Alemanha:

Após a guerra, as opiniões estavam muito divididas. Uma parte da população estava verdadeiramente chocada pelo que se passou durante esses 12 anos. Eles deslizaram por esses fatos totalmente inconscientes. Outros estavam decepcionados por esse fim pouco glorioso. Se não fosse isso ou aquilo, nós teríamos ganhado a guerra! Sim, isso se ouvia ainda muito seguido. E se alguém pudesse lançar um olhar no coração das pessoas, perceberia que muitas delas no fundo permaneceram as mesmas. Somente a lei as incomoda, elas têm medo. Ninguém tem mais a coragem de proclamar abertamente tal opinião. (Ruth A.)

Em outras passagens, a entrevistada fala com um certo orgulho desse povo ao qual ela não poderá nunca mais se identificar plenamente:

Eu vivo e eu vivo bem. De uma maneira inacreditável e bem evidentemente graças ao Plano Marshall, a Alemanha soube refazer sua economia. É necessário reconhecer, os alemães são corajosos, assíduos ao trabalho e insolentes. Isso são fatos. Eles têm uma capacidade de impor sua vontade e eles são arrogantes. Ao mesmo tempo, é um povo com muitos lados que se pode amar. Eu tive muitos amigos e encontrei novamente amigos, e seria falso de minha parte se eu os condenasse indiscriminadamente. Eu não tenho mais o que dizer sobre isso. (Ruth A.)

Certamente, ela não pode mais se reconhecer completamente no adjetivo ‘alemão’, que ela utili-

za quase sempre para designar os outros, tendência reforçada pela situação de entrevista, que tratou principalmente sobre o período nazista. Ao mesmo tempo, ela não pode também se reconhecer completamente na definição que a transformou em vítima, quer dizer, seu pertencimento judeu. É em Israel, do qual ela fala com certa admiração, que ela se dará conta que não é suficiente ter sofrido para ser admitido plenamente em um grupo:

Em meu hotel, havia sobretudo grupos de turistas judeus americanos. Era início dos anos 1960. E para eles eu não era ‘aceitável’ porque eu vivia na Alemanha, no país dos assassinos de meus pais, de meus irmãos e irmãs. Como eu podia viver na Alemanha? Eles não aceitaram isso. Ninguém me compreendeu quando eu disse que era minha pátria, ou ao menos que ela havia sido minha pátria, e que eu amava esse país. Eles pensaram sobretudo que eu não era normal. E eu quase tive que me desculpar. Mas enfim, eu tinha necessidade de me justificar perante eles pelo fato de viver na Alemanha? (Ruth A.)

É assim que ela define sua ‘pátria’, em outra parte da entrevista: “Minha pátria é minha língua, a poesia que eu amo enormemente, e as pessoas, os amigos, os alemães que eu amo, mas não a Alemanha enquanto tal, tomada em seu conjunto”.

Relato de vida e gestão da identidade

O relato de vida, esse condensado de uma história social individual, é suscetível de múltiplos modos de apresentação em função do contexto no qual ele é feito (GOFFMANN, 1973). Mas a extensão dessas variações não é ilimitada. Em uma palavra, a concepção que se tem de si mesmo, o sentido da identidade que se exprime no relato de vi-

da, se distinguem por uma variabilidade, mas uma variabilidade restrita. Cada um pode fazer a experiência da variação passível de ser feita no relato de um pedaço de sua vida, aumentando ou afastando este ou aquele aspecto, ou ainda mudando sua tonalidade²³. Esse relato não é jamais o mesmo, de acordo com os momentos e os lugares. De todos os relatos superpostos, pode-se destacar também um núcleo duro que se encontra repetidamente, e isso, com frequência, de uma maneira idêntica, palavra por palavra. Em todas as entrevistas de uma longa duração²⁴, nas quais a mesma pessoa volta muitas vezes sobre um número restrito de eventos-chave (seja por sua própria iniciativa, seja pela incitação do pesquisador), esse fenômeno pode ser constatado até na entonação. Apesar de importantes variações, se encontra um núcleo duro, um fio condutor, uma sorte de *leitmotiv* em cada relato de vida (LEHMANN, 1983).

Essas duas características de todos os relatos de vida sugerem que eles devem ser considerados como instrumentos de reconstrução da identidade e não somente como relatos factuais. Por definição, reconstrução *a posteriori*, o relato de vida ordena os eventos que demarcaram uma vida; além disso, recontando nossa vida, nós tentamos geralmente estabelecer certa coerência por meio de ligações lógicas entre eventos-chave (que aparecem então sobre uma forma cada vez mais solidificada ou estereotipada) e uma continuidade pelo ordenamento cronológico. Tudo se passa como se coerência e continuidade estivessem comumente admitidas como os signos distintivos de uma identidade assegurada.

É imaginável a dificuldade que se coloca aos sobreviventes de um campo de concentração tal trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de suas próprias histórias e, mais particularmente, àqueles que escolheram permanecer na Alemanha. Compreende-se, então, que, na

ausência de todo sentimento de poder chegar a fazer-se compreender, o silêncio sobre si mesmo – diferente do esquecimento – pode ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção de uma comunicação com o meio ambiente. As razões desse silêncio atravessam, aliás, toda a entrevista com Ruth e constituem de certa maneira seu fio condutor.

Assim, as dificuldades e bloqueios que apareceram ao longo da entrevista não eram nunca casos de falta de memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e de transmitir sua história. No princípio dessas dificuldades encontra-se a tensão ligada a um estatuto social que a evolução política tornou ambíguo, e mesmo impraticável. Utilizando os termos ‘alemão’ ou ‘judeu’, Ruth tanto se integra, tanto se exclui do grupo e das características assim designadas. Ser ‘alemã’ e ‘judia’, essa questão insistente com a qual Ruth me acolheu em nosso primeiro encontro, é, em princípio, uma atitude para com a vida que impede a emissão de um julgamento sobre um indivíduo em função de qualquer critério de pertencimento. Essa atitude moldou sua visão da realidade do campo de concentração, ao mesmo tempo em que esta última reforçou, em troca, essa visão do mundo.

Em certo grau, essa tensão constitutiva de seu ser e de sua maneira de ser a leva também a um ‘desdobramento’ permanente de sua pessoa, a pensar ao mesmo tempo no que ela fez e em todas as alternativas do que ela teria podido fazer ou pensar. É por tal trabalho de comparação e de tomada em consideração de uma multitude de alternativas que se elabora geralmente todo o sentido do que é ‘normal’, todo o senso comum, que permite ao indivíduo sentir-se e estar em paz com o mundo (ou, mais precisamente, com este ou aquele grupo de pertencimento). É assim que o indivíduo, por

um trabalho de identificação, faz coincidir seu próprio sentido de si, sua identidade, com o que é socialmente considerado como normal. No caso de Ruth, o grau de indecisão face à avaliação de uma multitude de comportamentos, do seu tanto quanto o dos outros, parece indicar um tipo de invasão de todas as dimensões de sua vida e de sua memória por essa tensão fundamental irreduzível.

Marcada pelas contradições que ela não resolveu, a entrevista com Ruth, sem ser representativa das realidades sociais que ela atravessou, restitui delas mais que “uma visão” particular. O fato de se abster de todo julgamento e a distância que ela toma em relação a ela mesma sugere que, assim como a ordem social, seu senso individual de identidade resulta da gestão de um equilíbrio precário, de uma multitude de contradições e de tensões.

Indiretamente, essa entrevista questiona as grandes teorias de inspiração psicológica sobre a sobrevivência em situação extrema e sobre a síndrome dos sobreviventes (ver BETTELHEIM, 1979; LIFTON, 1967), ao mesmo tempo em que ela sugere ligações entre essas teorias. Assim como o relato de vida de Margareta Glas-Larsson, essa entrevista confirma a importância, para a sobrevivência, de saberes práticos, de competências linguísticas e da capacidade de decodificar rapidamente situações e relações que contam tanto quanto os recursos de ordem intelectual e moral invocados por Bruno Bettelheim (1979). A síndrome do sobrevivente, descrita por Robert J. Lifton (1967), que vem de um sentimento de culpabilidade, parece fazer eco à teoria de Bettelheim (1979). Isso é, muito provavelmente, tanto mais marcado quanto as características e o comportamento do sobrevivente não correspondem ao modelo ideal de Bettelheim, quer dizer, a sobrevivência se deve à mobilização de outros recursos que aqueles invocados por Bettelheim,

e também à sorte, no sentido do puro acaso estatístico. A síndrome do sobrevivente poderia resultar da valorização social negativa que afeta diferentemente certos recursos aos quais este ou aquele sobrevivente teve acesso. Mas essa valorização varia segundo as classes, o sexo, o meio cultural. Somente a história individual tomada em seu conjunto, e não somente a situação do internamento, permite retrair todas essas articulações, trate-se da aprendizagem e do domínio dos diferentes recursos que se devem mobilizar para sobreviver, da capacidade efetiva de mobilizá-los em uma situação dada, mas também de sua valorização social e dos efeitos que essa situação tem sobre a vida psíquica do sobrevivente. O silêncio escolhido como modo de gestão da identidade, além do acomodamento com o círculo social, poderia igualmente constituir a recusa de deixar julgar a experiência concentracionista, situação extrema segundo os cânones da moral corrente, que estão no princípio das teorias de Bettelheim e Lifton. Os valores que sustentam essas teorias são aqueles de um individualismo heroico. Quando, na entrevista, Ruth se refere a seu próprio sentimento de culpabilidade, é em nome do luto de sua família. Por outro lado, nenhuma tendência à desconfiança, outro componente da “síndrome do sobrevivente”, pode ser detectada em seu relato, nem em seu comportamento. Ao contrário, é uma tomada de partido pela vida, e sobretudo pela confiança e pelo amor, que ela invoca como as qualidades mais importantes que ela guarda como lembrança de suas experiências em Birkenau. Mais que tudo, ter sabido manter uma ilha de relações fundadas na confiança e no amor permanece para ela o fator decisivo de sua sobrevivência. São as mesmas qualidades que ela valoriza quando ela resume seu pensamento: “Eu te amo. Em que isso te diz respeito?”.

NOTAS

1 Este artigo foi originalmente publicado em francês: “La gestion de l’indicible”, de Michael Pollak. *Actes de la recherche en sciences sociales* n° 62-63 [L’illusion biographique], juin 1986, p. 30-53. A publicação desta tradução foi autorizada pelos editores da *Actes de la recherche en sciences sociales* (Collège de France), por meio de mensagem eletrônica, em 03 de junho de 2010.

2 No centro da crítica do registro sistemático dos cidadãos, da informatização crescente e do cruzamento cada vez mais frequente, ainda que ilegal, de bancos de dados, este tema foi o argumento mobilizador da campanha contra o último recenseamento geral da população na República Federal Alemã (RFA). Esta campanha foi fortalecida pela proibição, pela Corte Constitucional – a qual tinha, além disso, anunciado as regras mínimas a serem respeitadas tanto pela administração pública quanto pelos centros de pesquisa – do recenseamento nas formas previstas. No centro da crítica se encontravam todas as questões tocantes à vida privada, notadamente a co-habitação, indicador do modo de vida. Esta informação – e este era o argumento – permitiria à administração pública controlar a vida privada, e até manipulá-la.

3 Ela se refere aqui ao partido católico *Zentrum* e ao partido democrático alemão DDP, substituído em 1930 pelo *Deutsche Staatspartei*.

4 O *Stürmer*, editado por Julius Streicher, era, entre todos os órgãos de imprensa nazistas, o mais violentamente antissemita.

5 O relato de vida reflete aqui o que Bourdieu escreveu, de forma mais geral, sobre a constituição de uma identidade social, a qual ganha contornos pela diferenciação (BOURDIEU, 1979, p. 118).

6 Trata-se da contribuição obrigatória de um milhão de marcos imposta à comunidade judia em seguida ao atentado a vom Rath, o qual também fornecera o pretexto para a organização da Noite de Cristal.

7 Assimilação, em G. Herlitz e B. Kirshner, *Jüdisches Lexikon*, Berlin, Judischer Verlag, 1927, t.1, p. 518-523.

8 Leon Brandt (1984) traça a história comovente das

juventudes sionistas da *Hechalutz*, que escolheram a luta e a clandestinidade em Berlim, e, no caso do grupo Baum, a resistência armada.

9 Para os dirigentes da comunidade, alguns artigos mostram a pressão que pesava sobre eles (WELTLINGER, 1954).

10 São parte desses as pessoas com idade superior a 65 anos, os inválidos da Primeira Guerra Mundial e aqueles que foram condecorados, os judeus de casamentos mistos divorciados, no caso deles terem filhos não judeus, os altos funcionários da Reichsvereinigung e os meio-judeus.

11 Esta passagem da entrevista com Ruth é confirmada pela descrição dada por Jacob Jacobson em um relatório escrito pouco após a guerra: “As pessoas foram separadas em dois grupos, um com destino ao Leste, outro a Theresienstadt. Aqueles que recebiam um ‘T’ (para Theresienstadt) ousavam respirar novamente. Os outros, ao contrário, com um ‘O’ (Leste) empalideciam. Embora poucos detalhes fossem conhecidos, era evidente que Theresienstadt era bem melhor que o Leste. O tipo de pessoas escolhidas para irem para Theresienstadt era um indicador disso”. (J. Jacobson. Terezin. *The Daily Life*, 1943-1945, s.l., n.d., ronéo. Esse texto me foi disponibilizado por St. Jersch-Wenzel, a quem eu agradeço).

12 Do dia 27 para o 28 de fevereiro de 1943, os operários judeus foram aprisionados pela primeira vez em seu local de trabalho para serem deportados.

13 Segundo St. Jersch-Wenzel (*30 Jahre Jüdische Gemeinde zu Berlin. Katalog zur Ausstellung im Berlin-Museum*, 1971, p. 25), cerca de 5000 ilegais viviam em Berlim em 1944, dos quais 70% foram aprisionados pela Gestapo.

14 Trata-se de um grupo *Hachscharah*, sobre o qual se faz frequentemente alusão na literatura. Ver os extratos de um testemunho de A. Borinski, em K.J. Ball-Kaduri (1973, p. 219-220).

15 De fato, o trabalho da comunidade judaica pôde ser mantido até sua dissolução oficial, em 10 de junho de 1943, graças ao recrutamento de judeus vivendo em “casamentos mistos privilegiados”. Por “casamento misto privilegiado”, a linguagem administrativa designava casamentos entre um

homem não judeu com uma mulher judia, ou um homem judeu e uma mulher não judia, cujos filhos eram de religião não judia antes de 15 de setembro de 1935, data de início da aplicação das Leis de Nuremberg.

16 É a opinião, entre outros, de R. Hilberg (1961).

17 *Bezugsperson* designa, em alemão, na psicologia do desenvolvimento, as primeiras pessoas com as quais a criança estabelece ligações duráveis de confiança.

18 Eu devo essa informação a Joan Ringelheim, que fez essa entrevista em Nova York.

19 Esse fato é destacado no testemunho de E. Lingens-Reiner, *Prisoners of Fear*, Londres, Victor Gollancz, 1948, p. 119.

20 Entrevista com uma médica deportada, em 1983.

21 O semanal judeu *Der Weg* escreve, em seu número 3 (15.3.1946, p. 1): "... Encontram-se demandas por camaradas do partido (membros do NSDAP) endereçadas à administração sem ao menos um atestado no qual um judeu depõe sobre seu reconhecimento e apoio que ele recebeu... Nós não queremos acreditar que um judeu aceitaria atualmente fornecer tais atestados por dinheiro..." Assiste-se mesmo ao avesso das "provas arianas", que deram lugar à denegação da paternidade, para salvar os filhos de casamentos mistos. Assim, *Der Weg* escreve, em seu número 4 (22.3.1946, p. 3): "Nós nos lembramos dos processos, pouco dignos, nos quais velhas senhoras testemunhavam que elas não tiveram seus filhos de seus maridos, para salvá-los. E nós sabemos que mães procuram hoje pais judeus, porque seus maridos eram membros do partido".

22 Uma rubrica especial (na qual são apresentados, entre outros, Henri Heine, Moses-Mendelsohn e Ernst Rothenau) do semanário *Der Weg* se intitula "A contribuição judaica à cultura alemã".

23 Entre todos os relatos de vida, um *curriculum vitae* é sem nenhuma dúvida o mais sucinto, e o mais formalizado. Mas, mesmo nesse caso, encontram-se partes julgadas incompreensíveis ao lado de passagens variáveis em função dos empregadores que se quer atingir. Isso indica a validade das duas características de todo relato de vida mencionadas aqui.

24 No quadro dessa pesquisa, são relatos de duração de mais de 30 horas cada um.

REFERÊNCIAS

ADELSBERGER, L. *Auschwitz*. Berlin: Lettner, 1956.

BALL-KADURI, K. J. 'Berlin wird judenfrei' in *Jahrbuch für die Geschichte Mittel-und Ostdeutschlands*. Publikationsorgan der Historischen Kommission zu Berlin. Berlin: colloquium Verlag, 1973.

BETTELHEIM, B. *Survivre*. Paris: R. Laffont, 1979.

BLAU, B. 'Entwicklung der jüdischen Gemeinde Berlin' in *Der Weg*, 5, 29.3.1946, p. 3.

BLESSIN, G. *Windergutmachung*. Bad Godesberg: Hohwacht, 1960.

BOURDIEU, P. *La distinction*. Paris: Ed. De Minuit, 1979.

BOTZ, G.; POLLAK, M. 'Survivre dans um camp de concentration; entrevista com Margareta Glas-Larsson'. *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, 41, févr. 1982, p.3-28.

BRANDT, L. *Menschen ohne Schatten. Juden zwischen Untergang und Untergrund 1938-1945*. Berlin: Oberbaum, 1984.

FABIAN, H.E. 'Liquidationsgemeinden?' in *Der Weg*, 18, 2.5.1947, p. 18.

_____. 'Ein Blick Von draussen' in *Der Weg*, 27, 4.7, 1947, p. 1-2.

FÉNÉLON, F. *Sursis pour l'orchestre*. Paris: Stock, 1976..

FRIEDRICH, J. *Die kalte Amnestie*. Francfort: Fischer, 1984.

GALINSKI, H. 'Unsere Widerstandskämpfer' in *Der Weg*, 11, 14.3.1947, p. 11.

GOFFMANN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne*. t. 1, Paris: Ed. De Minuit, 1973.

HERLITZ, G.; KIRSHNER, B. *Jüdisches Lexikon*. Berlin: Judischer Verlag, 1927.

HILBERG, R. *The Destruction of the European Jewry*.

Chicago: Chicago University Press, 1961.

JACOBSON, J. *Terezin; The Daily Life, 1943-1945*. s.l.:n.d., mimeo.

LAQUEUR, W. *Jahre auf Abruf*. Stuttgart: DVA, 1983.

LANGBEIN, H. *Menschen in Auschwitz*. Vienne: Europa, 1972.

LEHMANN, H. *Erzählstruktur und Lebenslauf*. Francfort: Campus, 1983.

LIFTON, R. J. *Death in Life*. New York: Simon and Schuster, 1967.

LINGENS-REINER, E. *Prisoners of Fear*. Londres: Victor Gollancz, 1948.

MEYER, S.; SCHULZE, E. *Wie wir das alles geschafft haben Alleinstehende Frauen berichten über ihr Leben nach 1945*. Munich: Beck, 1984.

MUEL-DREYFUS, F. *Le métier d'éducateur*. Paris, Minuit, 1983.

WELTLINGER, S. *Hast Du es schon vergessen?* Berlin: Gesellschaft für christlich-jüdische Zusammenarbeit, 1954.

W.G.H.M. 'Die problematische Stellung der Juden in Deutschland' in *Der Weg*, 1, 1.3.1946.